

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

MARILÉA GIACOMINI ARRUDA

**A polêmica gramatical
entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a
redação do Projeto do Código Civil**

Mestrado em Língua Portuguesa

São Paulo

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

MARILÉA GIACOMINI ARRUDA

**A Polêmica Gramatical
entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a
redação do Projeto do Código Civil**

Mestrado em Língua Portuguesa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Leonor Lopes Fávero.

São Paulo

2010

Banca Examinadora

Agradecimentos

À Professora Doutora Leonor Lopes Fávero que, com sua firme orientação e paciência tornou possível a realização desta pesquisa.

À Professora Doutora Márcia Guedes Molina e à Professora Doutora Neusa Barbosa Bastos, pela leitura e sugestões propostas na etapa de qualificação.

À Professora Mestre e Doutoranda Celeste Fragoso Tavares, pela amizade e cooperação.

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pela bolsa concedida.

Ao meu marido, Fenelon, sempre presente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus filhos, Cristiano, Karin e Rodrigo, pelo carinho e respeito.

Aos meus pais, Antônio e Léa, por terem me educado e estimulado pelo caminho dos estudos.

À minha irmã, Maria José, por suas palavras de apoio e solidariedade.

A todos os que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

O que faz andar a estrada?

É o sonho.

Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.

Mia Couto

RESUMO

Esta dissertação situa-se na linha de pesquisa da História e Descrição da Língua Portuguesa, tendo por tema um estudo sobre os vícios de linguagem e por objeto de estudo a polêmica gramatical entre os estudiosos Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro. O objetivo desta pesquisa visa contribuir com os estudos lingüísticos de um passado que se faz presente na língua portuguesa. Especificamente: 1. Descrever o momento político, social e cultural do final do século XIX e início do século XX; 2. Examinar os vícios de linguagem; 3. Descrever a posição dos gramáticos. Justifica-se esta investigação pelo fato de os debatedores adotarem uma concepção de língua enquanto princípio naturalista. O procedimento metodológico adotado para este trabalho foi o teórico-descritivo-dedutivo. Buscou-se o suporte teórico, selecionou-se o *corpus*, seguindo-se a análise de textos, de acordo com a leitura linear das obras *Réplica* e *Tréplica*. Este estudo, apoiado nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, obteve um resultado satisfatório, pelo fato de ter apontado que o momento histórico, social, político e cultural influenciou os polemistas no tema privilegiado, vícios de linguagem. Conclui-se que os estudiosos adotaram uma atitude conservadora e purista decorrente da concepção de língua, defendendo-a de “vícios” que corrompessem a língua portuguesa.

Palavras-chave: purismo; polêmica gramatical; vícios de linguagem; História das Ideias Linguísticas.

ABSTRACT

This dissertation is situated in the research of Portuguese Language's History Description, and its theme is a study of the vices of language and its subject of the study it is a grammatical polemic between Rui Barbosa and Ernesto Carneiro Ribeiro. This study aims to contribute to the linguistic studies of a past that is present in the portuguese language. Particularity: 1. depicting the political, social and cultural moment of in the beginning XIX century and in the ending XX century; 2. to examine the vices of language; 3. to describe the position of the grammarians. This essay is justified by the fact of the debaters have adopted a conception of language as a naturalist principle. The methodological procedure used was the theoretical descriptive and deductive. The theoretical support was sought and the analyse of the texts was followed according the linear reading of *Réplica* and *Tréplica* works. This research is grounded on the theoretical presuppositions on the Linguistic Ideas History as regards its purposes, the results pointed out that the historical, social, political and cultural moment influenced the polemists on the privileged theme vices of language. It has concluded that the studios have adopted a purist attitude resulting in the conception of language therefore they defending it of the vices that corrupt the Portuguese language.

Key words: purism; grammatical polemic; vices of language; Linguistics Ideas History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Fundamentação Teórica Norteadora: História das Ideias	
Linguísticas.....	4
1.1 O Paradigma Científico: tendências a novos paradigmas	4
1.2 A História Nova : A Escola dos Annales	7
1.3 A História das Mentalidades e História das Ideias.....	9
1.3.1 A História das Mentalidades.....	9
1.3.2 A Histórias das Ideias Linguísticas: a história associada à língua.....	11
CAPÍTULO II - Brasil: Final do século XIX - Início do Século XX	14
2.1 Aspecto Social: final do Século XIX	14
2.1.1 Aspecto Social: a Belle Époque.....	19
2.2 Aspecto político: Rui Barbosa e sua atuação.....	25
2.3 Aspecto legislativo: formação do direito privado brasileiro.....	28
2.4 Aspecto lingüístico: a língua portuguesa na polêmica gramatical.....	31
CAPÍTULO III - A Polêmica Gramatical sobre a Redação do Projeto do Código Civil entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro	37
3.1 O Código Civil.- motivo da polêmica gramatical.....	37
3.2 Resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa: Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados.....	39
3.3 A Polêmica gramatical: Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro....	47
3.3.1 Vícios de linguagem: os gramáticos do século XIX.....	47

3.3.2 Cacofonia/eco na polêmica Cacofonia/eco na polêmica.....	54
3.3.3 Arcaísmo, neologismo e estrangeirismo.....	61
3.4 Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro: uma concepção de língua.....	73
Considerações Finais.....	83
Referências Bibliográficas.....	85

INTRODUÇÃO

Esta dissertação situa-se na linha da História e Descrição da Língua Portuguesa, tendo por tema um estudo sobre os vícios de linguagem, bem como eram vistos pelos estudiosos, Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro; por objeto de estudo, a polêmica gramatical entre esses estudiosos.

O objetivo principal desta pesquisa consiste em buscar respostas para as preocupações que os autores da polêmica gramatical revelam ao se apegar aos clássicos, à preservação e à valorização da língua nacional contra as influências estrangeiras. Nesta polêmica linguística, a frequência dada a certos fatos gramaticais foi o critério adotado para seleção dos assuntos linguísticos a serem estudados. Para tanto, abordam-se os vícios de linguagem: cacofonia, eco, estrangeirismo, neologismo e arcaísmo.

Objetiva-se, também, nesta dissertação, contribuir com os estudos linguísticos, de um passado que se faz presente, na língua portuguesa. São específicos:

- 1) descrever o momento político, social e cultural do período de transição a partir do final do século XIX e início do XX;
- 2) examinar os vícios de linguagem, selecionados e debatidos na polêmica Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro;
- 3) descrever a posição dos gramáticos, relacionados aos estudos filológicos, privilegiando o segundo período, chamado científico por Elia (1975).

Esse período ocorre a partir de 1880, com o surgimento da gramática de Júlio Ribeiro e caracteriza-se por contradições entre as preocupações puristas, de estudiosos conservadores, com os representantes da nova geração, de acordo com Fávero & Molina. (2006, p. 48)

Esta investigação pressupõe que o discurso da polêmica permite uma leitura de reconstrução histórica, direcionada para acompanhar a evolução representativa de uma língua nacional.

Justifica-se a escolha da polêmica gramatical pela possibilidade de estudar-se o que pensavam os debatedores a respeito de alguns fatos gramaticais na época.

A concepção de língua, marcada pelas teorias naturalistas, conduziu à compreensão da língua como um organismo vivo, que nasce, cresce, evolui e morre, de acordo com teses revolucionárias, na época, influenciadas pela biologia.

Sendo assim, adotaram-se atitudes extremadas de “preservação da época de ouro” do desenvolvimento da língua portuguesa: o classicismo.

Esta investigação baseia-se nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, disciplina que estuda a língua e o saber que se constrói sobre ela em momentos importantes da história de uma determinada sociedade.

As autoras, Fávero & Molina (2006, p. 24-5), em conformidade com Auroux (1989), consideram que uma ideia linguística é todo saber construído em torno de uma língua num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita. Diante disso, a disciplina História das Ideias Linguísticas permite estudar, nos séculos XIX/XX, que saberes sobre a língua portuguesa eram discutidos, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam. Assim, na presente pesquisa, contempla-se a polêmica gramatical sobre a correção do *Projeto* do Código Civil.

O saber linguístico é um produto histórico proveniente da interação das tradições. Toda manifestação de ideias em torno de um saber recebe influência não só de acontecimentos políticos, culturais e sociais, como também de tipos de mentalidades herdadas do passado, pois *sans memoire et sans projet, Il n’y a tout simplement pas des savoir* (Auroux, 1987, p. 14).

Nessa perspectiva, entende-se que a História das Ideias Linguísticas favorece o contexto de produção e as marcas linguísticas de seu objeto de estudo, o que acarreta compreender os fatos de língua e os interpretar a partir da articulação entre fatores internos e externos.

Nesta pesquisa, a metodologia adotada para guiar a análise do *corpus* são os três princípios apresentados e propostos por Auroux (1992, p. 13): a definição puramente fenomenológica do objeto, ou seja, o autor defende que é preciso afastar-se da ideia de que para fazer a história de uma ciência é necessário possuir uma visão definida da natureza de seu objeto; assim este princípio busca não definir de antemão o objeto de que tratam os saberes sobre a linguagem. Pode-se então resumir nas palavras do autor, a seguinte afirmação: *Seja a linguagem humana tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto* ; a neutralidade epistemológica, decorrente da forma de se abordar o objeto, considerando e respeitando que todo saber é um produto histórico resultante da interação das tradições e do contexto e o historicismo moderado em que as analogias são permitidas a partir do momento

em que o alvo de análise está devidamente estudado e situado em seu momento histórico.

O procedimento metodológico utilizado foi o teórico - analítico - descritivo. Para tanto, foram seguidos os passos:

1) levantamento e análise do material bibliográfico, referente aos vícios de linguagem ;

2) levantamento e análise do material teórico, relevante ao estudo do *corpus*;

3) seleção e constituição do *corpus* para análise;

4) análise do *corpus*, seguindo os objetivos específicos.

A análise dos textos seguiu os critérios:

a) leitura linear do texto;

b) identificação dos vícios de linguagem;

c) classificação dessas propriedades.

Esta dissertação quanto à organização, compõe-se de três capítulos:

Capítulo I – Fundamentação Teórica Norteadora: História das Ideias Linguísticas - apresenta a linha teórica da História das Ideias Linguísticas, disciplina que examina o modo como o saber linguístico é interpretado e desenvolvido na trajetória dos acontecimentos.

Capítulo II – Brasil - Final do Século XIX - Início do Século XX - apresenta um breve panorama sobre o aspecto social, político, legislativo, cultural e linguístico do Brasil, do período acima mencionado. Esse período busca revelar a postura dos intelectuais, tais como, escritores, gramáticos e políticos, evidenciando a mentalidade que influenciava o período.

Capítulo III – A Polêmica Gramatical sobre a Redação do Projeto do Código Civil entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro – apresenta a temática linguística discutida na polêmica, privilegia o tema vícios de linguagem analisados de acordo com a posição dos gramáticos do período, levando em consideração, também, a posição de gramático contemporâneo ao momento presente.

Capítulo I – Fundamentação Teórica Norteadora: História das Ideias Linguísticas

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos da História das Ideias Linguísticas, disciplina resultante do entrelaçamento entre História e Linguística, concernente às questões relativas à língua inserida num dado período, sujeita a transformações decorrentes das contínuas alterações, no tempo e no espaço, em razão de fatores socioculturais. Convém, também, acrescentar que a ligação entre História e Linguística tem como objetivo, segundo Restaino (2005, p.3) a descrição e explicação sobre como o saber lingüístico foi formulado e comunicado e como se mantém em desenvolvimento ao longo do tempo. Tais fundamentos orientaram a pesquisa realizada, referente à elaboração de obras que são analisadas neste trabalho como, documentos do uso linguístico de uma época, resultantes da polêmica gramatical entre os estudiosos Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro. Nesse sentido, é tarefa do pesquisador da História das Ideias Linguísticas compreender, reconstruir, interpretar o pensamento no contexto sócio-histórico-cultural, em que o objeto de análise foi produzido e, assim, estabelecer um diálogo entre os pesquisadores, os homens e as linguagens de outros tempos.

1.1 O paradigma científico: tendências a novos paradigmas

A escolha, sob o ponto de vista histórico, é clara, na História das Ideias Linguísticas, pois de acordo com Auroux (1992), todo conhecimento apresenta uma realidade histórica que se desenvolve, constituindo a realidade cotidiana do saber; por isso, novos saberes não podem apagar concepções anteriores e vice-versa; assim, ao estudioso historiador, é imprescindível compreender o porquê, o como e o quando da mudança ou tendências de outros paradigmas científicos.

Morin (2006,p.135), ao discorrer sobre a transdisciplinaridade, julga que as disciplinas se fecham, cada vez mais, e não se comunicam. Sendo assim, ocorre uma fragmentação dos fenômenos, pelo fato de não se perceber a sua unidade. Por esta razão, se é convidado a fazer a interdisciplinaridade, que, por sua vez, controla *tanto as disciplinas como a ONU controla as Nações*. Neste caso, cada disciplina busca manter sua soberania territorial e, parcamente, se intercambia; por isso, os

limites se afirmam em vez de se romperem. Entretanto, o conhecimento científico busca relacionar-se com as diversas ciências. Para tanto, faz-se necessário ir além, em busca de outro termo, a transdisciplinaridade, assim, Almeida e Petraglia¹ (2004, p.27) afirmam:

Ao explicar a reforma do pensamento, Morin discorre sobre a transdisciplinaridade como uma perspectiva que a acompanha e que considera a inseparabilidade do múltiplo e do diverso. Trata-se da superação da causalidade unilinear e unidirecional em direção a uma causalidade circular e multirreferencial que integra, ao mesmo tempo, noções antagônicas e complementares como a idéia da relação das partes no todo e do todo nas partes. Entende que o conhecimento avança pela capacidade atitudinal de conceituar e globalizar, para a resolução de problemas. (1999, p. 3-4)

Pode-se entender, assim, que o estudioso da História das Ideias Linguísticas precisa desvendar e aprender outras possibilidades dos novos cenários, que se delineiam e redesenham na multiculturalidade do mundo. Cenários esses, muitas vezes obscuros, que exigem um esforço de diálogo com outras disciplinas, ou seja, aprender a relacionar-se com o que vai além, com o que transcende.

Kuhn (2005, p.13) afirma, também, que, em situações de crise, no desenvolvimento da ciência, procuram-se caminhos alternativos mais adequados nas soluções dos problemas por meio da ciência. Desse modo, chegou ao conceito de paradigma: *Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.*

Para o autor, quando os membros de uma comunidade científica não podem evitar as anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica, esses estudiosos iniciam investigações extraordinárias, conduzindo grupos científicos a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência rotulada de *revoluções científicas*, pois para Kuhn (2005, p. 25-6)

(...) a nova teoria repercute inevitavelmente sobre muito trabalhos científicos já concluídos com sucesso. É por isso que uma nova teoria por mais particular que seja o seu âmbito de aplicação, nunca ou quase

1 Os depoimentos deste texto são testemunhos obtidos pelas autoras, em entrevistas gravadas à edição brasileira: *Diálogo sobre o Conhecimento*, 2004.

nunca é um mero incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer a reconstrução da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores. Esse processo intrinsecamente revolucionário raramente é completado de um dia para o outro.

Diante disto, compreende-se que a ciência é um processo de realização de conhecimento, pela descoberta e invenção, que está em constante verificação. Morin (2002, p.26) assegura:

A verdade da ciência não está unicamente na capitalização das verdades adquiridas, na verificação das teorias conhecidas, mas no caráter aberto da aventura que permite, melhor dizendo, que hoje exige a constatação das suas próprias estruturas de pensamento.

As novas ideias, que desenvolvem teorias a respeito da linguística, ocorrem sempre por uma incessante contestação, pois, como afirmam Fávero & Molina. (2006, p. 15): *O comparativismo surgiu em oposição às teorias especulativas; o estruturalismo, ao comparativismo; a gerativo-transformacional ao estruturalismo; e contra os estudos circunscritos no limite da frase vieram as teorias do texto.*

Quanto à competência lingüística foi a partir da passagem do século XIX para o século XX que o estudo da linguagem adquiriu caráter científico, quando foram apresentadas as bases da Linguística moderna, constituindo-se como ciência autônoma, dotada de objeto específico e de estruturas teóricas e metodológicas duradouras. Assim, a História passando a acolher todas as atividades humanas, segundo Fávero & Molina (2006, p.17) une-se à *Linguística*, que, *grosso modo*, pesquisa o meio essencial da comunicação humana, a linguagem.

Neste sentido, pode-se entender que a língua, combina duas competências, a histórica e a linguística. Na competência histórica, depara-se com a pluralidade, nos estudos da história, que, a partir do advento da *École des Annales* abandona a linha erudita, historicizante, voltada, tradicionalmente, à análise factual de grandes proporções, centralizada, em revoluções, guerras, gerais e políticos, e passa acolher todas as atividades humanas, importando-se com a história econômica, política, social e cultural da humanidade.

1.2 A História Nova: A Escola dos *Annales*

Fazer História, até o princípio do século XX, consistia na tessitura das cronologias de fatos com personagens importantes, o que significa que toda narrativa não é apenas um registro do fato acontecido, mas envolve uma série de aspectos, tais como, a questão cultural e a subjetividade na visão do narrador.

Na visão de Fávero & Molina (2006), quando muda a concepção, isto é, uma nova abordagem é proposta, concebendo o tempo de modo pluridirecionado, múltiplo, não linear, que se relaciona com várias outras épocas e variadas disciplinas, mudam-se, também, as técnicas e métodos. Ainda para as autoras, se, no passado, uma análise histórica era feita de acordo com o estudo da documentação, dos registros dos fatos julgados relevantes: história de reis, batalhas, revoluções, agora, de acordo com Reis (1996, p.126) se torna *massiva* e (...) *os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às suas diversas formas, de vida social.*

A *École des Annales*, opondo-se à escola metódica, busca valorizar a erudição, privilegiar a dimensão política e enfatizar o conhecimento de *longa duração*. Desse modo, aproxima a história de outras disciplinas, priorizando a *análise de suas estruturas* (Burke 1992, p.12), excluindo as narrativas dos acontecimentos, defendendo a necessidade de uma história *total*, capaz de estudar, ao mesmo tempo, o econômico e o cultural.

Essa nova história dedica-se não só a reconstituir o passado, mas reabrir, e interpretar esse tempo decorrido, em um diálogo constante, com o seu presente. Sendo assim, as autoras, Fávero & Molina(2006, p.19), asseguram que o objetivo dessa nova percepção não é, de acordo com Febvre, apenas reconstituir o passado, mas alargar horizontes, *ligar as ideias e métodos*, reconstruir esse passado, unindo aberturas .

Neste cenário, apontam que foi essa a mudança substancial na compreensão da história, ou seja, a efetuada pelo *Annales*, na figura de seus pensadores, Febvre, Bloch e Braudel, que perdurou e modificou-se, através de suas três gerações:

a) a primeira geração foi liderada pelos estudiosos Lucien Febvre e Marc Bloch (1920 a 1945): os idealizadores entendiam que a história deveria desprender-se do modelo tradicional da descrição factual, para falar do fato, em sua espessura; tudo

seria visto como dado e problema, dialogando com todos os aspectos sociais e, interpretando esses aspectos.

Essa primeira geração dos *Annales* caracteriza-se pelo modo problematizante de entender o fato histórico e constatar a necessidade de uma mudança radical, na compreensão da história, que ficou marcada pela heterogeneidade e por uma abertura na aceitação de novas propostas e métodos;

b) a segunda geração foi liderada pelo estudioso Braudel (1946 a 1968): o idealizador entendia que a história se situava em três etapas: *na superfície*, a história dos acontecimentos do tempo curto; *na meia encosta*, uma história conjuntural, que segue ritmo mais lento; e *na profundidade*, uma história de longa duração.

Essa segunda geração dos *Annales* caracteriza-se por uma metáfora, de Braudel, isto é, os acontecimentos são perturbações superficiais, *como espumas de ondas*, e, para serem compreendidos, é preciso saber *mergulhar sobre as ondas*. Essa geração foi marcada por quantificações, por técnicas e até, mesmo pela corrente marxista;

c) a terceira geração foi liderada por Le Goff, Le Roy e Chartier (1968 a 1989): esses idealizadores foram influenciados pelo estruturalismo, aplicando a metáfora do *porão ao sótão*. Entendiam, os idealizadores, que suas preocupações estariam centradas nas mentalidades, na vida cotidiana: firmavam-se em representações e interpretações, ampliavam o conceito de *fonte*, serviam-se de vários tipos dessas características, documentos psicológicos, arqueológicos, orais, religiosos, entrelaçando-os e produzindo uma benéfica *mistura*.

Essa terceira geração caracteriza-se por centralizar-se nas *mentalidades* e na possibilidade de trabalhar com vários tipos de documentos.

O fato que une essas três gerações, tão diferentes, é a ênfase na questão metodológica, uma vez que a interdisciplinaridade constrói uma história-problema, dá importância à interpretação de dados, em busca de esclarecimento dos porquês. Diante disto, a interdisciplinaridade, proposta pelos *Annales*, propicia que a Linguística seja contemplada pela disciplina da História.

Ainda que a História se valesse da linguagem, para registro de suas mudanças e desenvolvimentos, os estudos da linguagem, até o século XIX, pouco se utilizaram da História. Entretanto, foi a partir dos estudos histórico-comparativos, que a Linguística, no século XIX, passa a ser vista como ciência, em especial, pelos estudiosos Franz Bopp, irmãos Grimm, Rask e Max Muller, uma vez que os fatos

linguísticos poderiam ser *descritos, analisados e comprovados*, (Fávero & Molina, 2006, p.17)

1.3 História das Mentalidades e História das Ideias

1.3.1 História das Mentalidades

O historiador das mentalidades não apenas aproxima-se do etnólogo, como também do sociólogo, pelo fato de seu objeto ser o coletivo, considerando-se que a mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é o que ele tem em comum com os demais homens de seu tempo. (Le Goff, 1976)

O nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum. A história das mentalidades é para a história das ideias o que a história da cultura material é para a história econômica. (Le Goff, p. 71)

Deste modo, o homem é inserido em seu meio e participa de atos e comportamentos psíquicos, que o faz igualar-se a outro homem, não importando a posição social que um ou outro ocupe. Assim, o que, aparentemente, é desprovido de raízes, nascido de atos maquinais, palavras proferidas sem reflexão, vem de longe e traz hábitos de antigos sistemas de pensamento. Logo, a história das mentalidades é o que muda mais lentamente, nos hábitos, no cotidiano, por exemplo: *os automobilistas têm um vocabulário de cavaleiros; os operários das fábricas do século XIX, a mentalidade de camponeses, seus pais e avós.*(p.72)

Nesse sentido, os fatos históricos não ocorrem isoladamente, decorrem de acontecimentos da vida coletiva e social. A história contemporânea retrocede aos fundadores dos *Annales* , visto que o

(...) estudo das utensilagens mentais que o domínio de uma história mais para o social tinha em certa medida relegado para o segundo plano. Sob a designação de história das mentalidades ou de psicologia histórica delimitava-se um novo campo, distinto tanto da antiga história

intelectual literária, como da hegemônica histórica, econômica e social .
(Chartier, 1990, p. 14-5)

Dosse (2003) constatou três ritmos, no estudo das mentalidades: o primeiro relacionou-se às emoções do momento, de caráter rápido; o segundo, era dependente da evolução dos comportamentos e das crenças partilhadas por um grupo social; o terceiro, mais lento, vinculou-se aos quadros mentais resistentes às mudanças, também, relacionados à herança cultural, ao sistema de crenças aos modelos de comportamento. Nesse caso, a História das Mentalidades estuda o modo como determinado grupo aplica, sente e pensa suas crenças e seus costumes a ponto de modificá-los.

Na década de 60 do século XX, a noção de mentalidade chamada, por Chartier, *à francesa*, passou a ser compreendida como a mentalidade de um indivíduo, aquilo que lhe é, ao mesmo tempo particular e aquilo que ele tem de comum com outros homens de seu tempo, formando o mental coletivo de uma época, as ideias, uma psiquê coletiva de uma civilização, o singular e o diferenciador entre a sociedade, objeto com os quais a história tradicional pouco se interessava:

(...) Portanto, é através dessas estatísticas que conseguimos estudar as estruturas psíquicas, os contextos mentais que determinam os comportamentos individuais e pelos quais se interessam, por sua vez, toda uma antropologia histórica em gestação; suas pesquisas têm por objeto a organização do tempo e amaneira de viver e de pensar os costumes populares (por exemplo, alzarra), as festas, os gestos, a memória coletiva, etc. (Pomian, In: A História Nova, Le Goff, 2001, p. 116)

Assim, o essencial para a História das Ideias é reconstruir o passado de modo a tornar conhecido o que está submerso, estabelecendo as relações que constroem o momento, no qual o objeto de estudo se insere. Logo, essa nova concepção de História pesquisa não só o resgate das ideias, mas também os seus reflexos e interpretações. Fávero & Molina (2006, p. 24) entendem que atualmente a verdadeira matéria é essa História do homem em relação com seu meio.

Diante disso, o século XX viu nascer a História das Ideias, surgindo, por exemplo, as da Psicologia, da Pedagogia e da Linguística.

Nesse cenário, essa pesquisa trabalha a contextualização da sociedade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, especialmente, o padrão cultural da elite (intelectual), para se compreender seus usos e costumes. Além disso, os intelectuais almejavam ser europeus; sendo assim, suas ações estariam associadas à influência oriunda da Europa.

1.3.2 A História das Ideias Linguísticas : a história associada à língua

Uma ideia linguística é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística quer de uma atividade metalinguística não explícita. (Auroux, 1989). Os primeiros trabalhos sobre a história dos saberes linguísticos, conforme Auroux (1992) surgiram, por meio de pesquisas desenvolvidas no campo do conhecimento humano, o que propiciou trabalhos divididos em três categorias: 1ª) os que visam construir uma base documentária para pesquisa empírica; 2ª) os que se assemelham à prática cognitiva de que derivam e 3ª) os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Isto posto, pode-se entender que, na última dessas categorias, é possível unir o passado ao presente, interpretando as ocorrências atuais como fatos que derivam de adaptações realizadas pela sociedade e, do mesmo modo, essas mesmas adaptações serão adequadas para outras situações, em uma perspectiva crescente, evolutiva, ou seja, por meio de experiências passadas decidem-se ações futuras. (Gonçalves, 2007, p.10)

Para Orlandi (2001), toda a tradição gramatical constitui uma parte das ideias linguísticas:

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem.

(...) portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua. (Orlandi, 2001, p. 16)

A História das Ideias Linguísticas, conforme Fávero & Molina (2006) contempla, o estudo das Instituições, onde, por exemplo, no século XIX, esses saberes linguísticos eram discutidos, disseminados, os meios de divulgação, por onde circulavam e as polêmicas que provocavam, pois de acordo com Auroux (1989), o historiador deve projetar os fatos num hiper - espaço que permite três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas.

A partir da metade do século XIX, surgiram inúmeros debates sobre a questão da literatura, incluindo a língua portuguesa. Essas inúmeras discussões sobre a questão da língua portuguesa, segundo Fávero & Molina (2006), também promovem um importante subsídio para a compreensão do saber linguístico. O pesquisador em História das Ideias Linguísticas, de acordo com as autoras (idem), tem por função estabelecer o diálogo entre o pesquisador, os homens e as linguagens de outras épocas.

Cabe, ainda, ao pesquisador, quanto ao método, de acordo com as autoras, primeiramente, selecionar o maior número de material para análise o que, às vezes, não é tarefa fácil de cumprir, visto que nem sempre as fontes são acessíveis. Após a escolha das fontes, a seleção do material prossegue o momento da análise, pelo fato de requerer sensibilidade do pesquisador. Sendo assim, o pesquisador linguísta deverá somar as qualidades próprias de um historiador, que deverá ter o olhar voltado para o momento em que ocorreram os fatos, buscando compreender o cenário e as ações, no contexto em que ocorreram, e sua evolução.

Diante disso, deve-se considerar que o historiador da linguagem é um homem com o olhar do presente que deverá inserir-se no passado e, portanto, buscar manter o máximo possível certo distanciamento *espaço-temporal* para que não prejudique o estudo; assim, *deverá inserir-se no ontem, contemplando de longe aquela sociedade retratada, empenhando-se em recriar aquele clima histórico.* Fávero & Molina (2006 , p. 28)

Isto posto, este capítulo estuda a corrente de investigação da História das Ideias Linguísticas, que permite estudar o modo como o saber lingüístico é interpretado e desenvolvido no curso dos acontecimentos, na medida em que a sociedade e seus

sujeitos se transformam. Desse modo, à presente pesquisa foi possível relacionar os sujeitos históricos que participaram da polêmica gramatical, propiciando verificar as ideias e posturas, perante o uso da língua portuguesa, na sociedade brasileira, no final do século XIX e início do século XX.

O próximo capítulo apresenta um breve panorama no período do final do século XIX e início do século XX, porque de acordo com Auroux (1992, p. 29) :

As grandes transformações dos saberes lingüísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem.

Capítulo II – Brasil: Final do Século XIX - Início do Século XX

Este capítulo destina-se a um breve panorama dos aspectos políticos, literários, legislativos, linguísticos e sociais, do final do século XIX e início do século XX. Nesse contexto, busca-se saber qual era o tratamento dado à Língua Portuguesa, vigente na época, a que pertenciam os polemizadores, Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro.

Para tal, é preciso recorrer à metodologia e refletir sobre o que Fávero (1996, p.16) assegura a respeito da *intransponível distância espaço-temporal entre o cenário no qual viveram as personagens que produziram as obras que constituem o objeto de estudo e o contexto em que se produz o trabalho*. Assim sendo, faz-se necessário superar essa barreira, empenhando-se em recriar o clima histórico, estabelecendo um diálogo entre o desconhecido, tornando-o conhecido.

2.1 Aspecto social : final do século XIX

A transição de 1888 para 1889 iniciou-se com a abolição da escravatura, que transformou a economia. Um novo regime político nascia, a República, impondo outras circunstâncias para a vida nacional: federalismo, liberalismo revolucionário e americanista. Os ideais políticos exigiam um dinamismo, fato que, nem sempre, foi possível.

Neste contexto, mantém-se o equilíbrio entre os velhos antagonismos da evolução brasileira – corte e províncias, agricultura e indústria, imitação americana e imitação francesa, ordem e idealismo, os barões da monarquia e os bacharéis, a estabilidade tradicional e o progresso veemente, até então conciliados pelo parlamentarismo de D. Pedro II. O ritmo de tais acontecimentos, repentinamente, desequilibra-se, nas agitações da década de 80: campanha abolicionista, questão militar, ceticismo dos partidos insatisfeitos (o liberal, que perdia eleições por idealismo, 1881, 1884..., o conservador, infrutífero, ganhara as eleições contra as reformas espoliadoras). Além disso, a monarquia era comandada por D. Pedro II, idoso, doente, e, conseqüentemente, a monarquia estava ameaçada de cair nas mãos de uma reformista, a herdeira princesa Isabel e seu consorte estrangeiro e impopular, Conde D'eu.

De acordo com Fernando de Azevedo:

A abolição devastara e arruinara a grande propriedade, onde senhores e fazendeiros tinham montado, com o trabalho servil, as suas vastas culturas: o abandono de velhas propriedades agrícolas, a transmissão por compra, à burguesia urbana ou ao patrimônio público, de palácios e vivendas aristocráticas no sul e a decadência dos domínios senhoriais, mostram à evidência até que ponto atingira a desorganização trazida à economia agrária pela lei 13 de maio que extinguiu o regime de escravidão. A estrutura social e econômica, porém, permanecia quase a mesma, baseada ainda na monocultura latifundiária que retardou a divisão da grande propriedade (...) A classe média que não forma nunca, no seio de uma nação, um corpo compacto e uma parte bem distinta do todo, que participa sempre um pouco das outras classes e, em alguns pontos, se confunde com elas, essa estendeu-se e se enriqueceu, sem se organizar, com os movimentos intensos que determinam as variações bruscas, nos períodos de transição, da escala social das profissões e das fortunas. (Azevedo,1967, p.185)

Os ideais avançavam, pediam novas soluções. A repentina emancipação dos escravos inaugurou a época da imigração. O bom preço do café suportou, em São Paulo, o golpe da abolição, sem que se prejudicasse a agricultura. Os fazendeiros podiam remunerar o trabalho. Os colonos estrangeiros - a partir de 1888, entravam, anualmente, 100.000 imigrantes pelo porto de Santos - ajudavam a completar o quadro dos trabalhadores.

O efeito da abolição da escravatura despertou, também, o gosto pela reforma como afirma Pedro Calmon:

Se assim as reformas eram fáceis, totais, porque se hesitaria em iluminar o país com as quentes luzes do seu tempo? Federação, à americana; república, à francesa; governo forte, segundo Auguste Comte; indústrias, fábricas, companhias, bancos, inflação, negócios, como nos Estados Unidos: e nada de prudências senis...(Calmon, 1939, p.11)

Convém lembrar Machado de Assis que, em um de seus romances, *Esaú e Jacó*, assim retrata o clima da manhã de 15 de novembro de 1889:

Notou que a pouca gente que havia ali (no Passeio Público) não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando

a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra entrava e ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos.

Ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo, ministério, etc...(..) Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arripiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa.

Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao Largo, onde três Tílburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra (...). Aires olhava para o cocheiro, cuja palavra saía deliciosa de novidade. ((Machado de Assis, 1904)

Carvalho (1996), em seu livro *Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*, aponta comentários relevantes de dois observadores à época da Proclamação da República, Aristides Lobo e Louis Couty. Aristides Lobo, correspondente do *Diário Popular de São Paulo*, escreveu aos seus leitores uma carta que esclarece o episódio de 15 de novembro de 1889:

Por ora, a cor do governo é puramente militar, e devera ser assim. O fato foi deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. (Aristides Lobo, 1938, p.108)

Na mesma direção, outra observação famosa, de um sábio francês há muito tempo residente no Brasil, Louis Couty (1881) que, analisando o aspecto sócio - político da população do país, conclui: *O Brasil não tem povo.*²

Naturalmente, o sábio Couty analisava a participação do povo baseando-se nas premissas e nos padrões da cidadania liberal-burguesa nos moldes da Europa. Não

² LOUIS, Couty, *L' esclavage au Brésil* (Paris, Librairie de Guillaumin et Cie Editeurs, 1881, p. 87)

se pode avaliar uma população tão distinta da europeia, ou seja, o povo brasileiro vivendo sob condições histórico-culturais diversas das europeias, sob o mesmo olhar. Assim, o historiador Carvalho (op. Cit.) busca interpretar esta questão.

Embora a visão de Couty, segundo Carvalho (1996), possa ser vista por etnocentrismo francês e a análise de Aristides Lobo por distorção elitista, é necessário compreender o sentido que esses comentaristas atribuíram ao comportamento do povo. Esse sentido permite compreender a concepção e a prática da cidadania, em especial entre o povo.

Carvalho (idem), analisando a temática da cidadania no Brasil, observa que o direito ao voto já era exercido pelos brasileiros, durante o período colonial, e foi mantido no momento da independência, ou seja, antes do fim da escravidão. Portanto, um direito político foi, juridicamente, legitimado antes da universalização dos direitos civis, a liberdade e igualdade dos humanos. Quando a abolição da escravidão reconhece o direito à liberdade individual, o direito do voto é restringido aos alfabetizados, os quais constituem a parcela minoritária da população, conduzindo, assim, a um retrocesso nos direitos políticos.

Os direitos sociais, antes do século XX, estiveram a cargo de entidades privadas de cunho religioso ou associativo, tais como: a educação e a saúde.

A população, tendo sido excluída tanto do momento da Proclamação da República, como do processo político, pela elite carioca, não demonstrou qualquer entusiasmo com o regime republicano. O processo eleitoral republicano, tal como fora o imperial, torna-se uma fraude patrocinada pela elite, que atuava na política. Essa elite se utilizava dos malandros, dos capoeiras, dos capangas contratados e pagos, pela própria elite, para promoverem passeatas e atos políticos que mobilizavam o eleitorado e garantiam votos aos candidatos.

Pode-se, então, entender que, segundo Carvalho (idem), a cidadania não se institui apenas nas relações formais entre Estado e sociedade. Por outro lado, é possível a articulação de variadas práticas sociais como forma de exercício da cidadania. São expressões da cidadania não só o voto, mas também os atos de revolta, quais sejam as manifestações públicas, os protestos populares contra as determinações do poder.

Cidadão, nesse sentido, não é tanto o eleitor. É mais o sujeito histórico que exige do Estado, por meios formais ou informais, o reconhecimento daquilo que julga ser

um direito seu independente de estar esse princípio regulamentado juridicamente pelo Estado. (cf. Carvalho, 1996)

A cidadania, vista por esse prisma, também comporta um feixe de manifestações e pressões sociais exercidas pelos indivíduos, associações, coletividades ou grupos sociais na defesa de seus interesses. Tais comportamentos dos indivíduos são anteriores ou mesmo exteriores à legitimidade jurídica e se manifestam em diferentes práticas sociais, desvinculadas do aparelho de Estado. Carvalho (idem) propõe existir uma *cidadania informal* exterior às formalidades das relações Estado-sociedade que se manifesta em representações e práticas sociais formadoras de uma identidade social.

A visão do final do século XIX, no que diz respeito à atuação do povo, apresenta vários movimentos sociais, já presentes nas revoltas urbanas na República Velha. A revolta da vacina (1906) contra a política de vacinação, forçada, adotada pelo governo de Rodrigues Alves, no combate à epidemia da varíola, a revolta da chibata (22/11/1910) por parte dos marinheiros, que apontavam os canhões para o Rio de Janeiro, exigindo o fim dos castigos corporais e a melhoria na alimentação eram manifestações que o espaço urbano da capital cada vez mais proporcionava.

Assim, o governo de Hermes da Fonseca foi obrigado a atender às reivindicações e a conceder anistia aos líderes do movimento, possibilitando, o exercício da cidadania. Esta cidadania, porém, deve ser investigada no complexo jogo de relações dialéticas, estabelecidas no interior da sociedade, pela legitimação de valores como sendo universais. Convém destacar, a respeito da cidadania, a dimensão sócio-cultural e a ordem simbólica, de acordo com o estudo de Carvalho. (1996)

Apontam-se, desse modo, quais as representações e práticas sociais que formam a identidade de cidadão. Essas práticas sociais são os elementos simbólicos potencializadores da ação política dos indivíduos, pelo reconhecimento de princípios como direitos, juridicamente, legitimados. No Brasil, essa foi a fórmula, encontrada pelo povo, para fazer-se valer, no princípio do novo regime político, conforme o estudo de Carvalho. (idem)

2.1.1 Aspecto social: A Belle Époque

O clima político afetou o meio cultural e social, do Rio de Janeiro, a partir de 1890. O encilhamento corrompe os valores econômicos, tornando o dinheiro um ideal comum e dominante. A tradição inerente à elegância e concepção de vida da corte desmorona-se. Os barões de recentes títulos amontoam-se nos corredores da Bolsa ou na rua da Alfândega, comprando e vendendo ações de companhias. Os títburis, que enchem o largo de São Francisco, são disputados por *nouveaux riches*, milionários – corretores de negócio, advogados ativos, incorporadores de empresas, políticos da nova geração. Muitos velhos titulares ou políticos do Império tentam manter a dignidade, mas desiludidos, aderem... Tudo isto no governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889/1891). Um novo símbolo surge, o “bonde”, que pretende unir nos seus bancos “burgueses” todos os cidadãos.

Pedro Calmon (1939) descreve que prevalece o prazer fácil, comercial, exótico. Roletas são instaladas nas casas particulares, o tema é “o encilhamento”, nas mesas de confeitaria, onde se encontram literatos, financistas, *cocottes* e homens do interior, boquiabertos, assombrados pela novidade da “cidade grande”. O café é a alma da cidade. A burguesia vive a *belle époque*. O café Pascoal confunde-se com escritório de advocacia, Bolsa, *foyer* de teatro, gabinete de leitura. A especulação, a corte, a galanteria e a política, a arte e os mexericos regam-se com licores nos cafés que se apresentam nas três ruas essenciais, a rua 1º de Março, a da Alfândega e a do Ouvidor, consideradas o triângulo econômico e social da metrópole.

Os grupos literários da época (1889) ocupavam espaços distintos: os naturalistas, no Cailtau; os românticos, nos Castellões; os parnasianos no Pascoal. Ficavam à parte os simbolistas, no Deroche.

A Academia surgiu em 1896, fundada por um aristocrata, Joaquim Nabuco e um tímido, Machado de Assis. A boêmia, unindo café e álcool, era moda para alguns como: Bilac, Paula Ney, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pardal Mallet, que dissipavam a saúde, por moda, às vezes passageira, outras vezes duradouras e ruinosas. Aluísio Azevedo passeava pelo espaço urbano, em *Casa de Pensão* e *O Cortiço*; Lima Barreto, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*; a originalidade de Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, consistia em observar a sociedade da época, apontando os traços psicológicos que as suas personagens,

ambientadas nesse tempo e espaço, apresentavam. O vernáculo de Machado era gabado por Camilo Castelo Branco.

Convém acrescentar, nesta pesquisa, a observação de Pedro Calmon a respeito da língua portuguesa naquela época, o qual afirma:

O português castiço de Machado, protesto silencioso do romancista incorruptível, contra a “política” dos solecismos... nacionalistas, ficara no meio do campo, como um pendão de batalha. Valentim Magalhães levantara a gramática contra o “bando nacionalista”, dos sectários de Alencar. Explicava-se, esse prélio muito do agrado de nossas elites letradas. Sendo o nacionalismo, de 1822, de 1831, anti-português, e vindo de Portugal as normas gramaticais, contrariadas na rua pela linguagem do povo, de prosódia e sintaxe rebelde a todo jugo, tinha um profundo sentido nativista a agressão aos clássicos, aos filólogos ... Reacendeu-se em 1889.

D. Pedro II tentara difundir a escrita correta: para isso contratara José Feliciano de Castilho e aborrecera José de Alencar. Românticos contra arcádicos...

Respondendo à coroa, que pretendia colocar certo os pronomes, o positivismo entrou em cena. Não se importava com a gramática: fazia questão da ortografia, de uma simplificada ortografia positivista (Miguel Lemos, 1888). O “cientificismo”, do fim do século, defrontava-se agora com os devoradores de clássicos portugueses, do tempo em que as humanidades gozavam de prestígio largo. A polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro (1902 – 1905) filólogo da Bahia, seu antigo mestre, a propósito do vernáculo do Código Civil, teve o mérito de ministrar aos brasileiros uma lição impressionante – estávamos na época das calorosas polêmicas de imprensa! – sobre as leis da gramática. Pode-se dizer que a partir de então velhos e voluntários vícios da escrita brasileira foram postos de lado, e os pronomes apareceram em boa forma. (Calmon, 1939, p. 137-8)

Constata-se, pelas observações, que o português, discutido naquela época, estava baseado nos modelos clássicos, que repercutirão, até os dias de hoje, na mentalidade do que é correto na escrita da língua portuguesa no Brasil. No que tange às questões linguísticas, pode-se observar que a norma culta portuguesa já se

afirmava como a que deveria ser seguida pelos brasileiros, contemplada como a norma do português europeu, vigente na época.

Fávero & Molina (2006, p. 44) afirmam sobre a linguagem dessa época:

Quanto ao nosso saber linguístico, esse teve no Brasil um desenvolvimento peculiar. Recebemos a língua de nossos colonizadores, a qual, em contato com os vários falares aqui existentes e com outros chegados depois, foi adquirindo características próprias, distanciando-se em alguns pontos do modelo lusitano.

De acordo com Fávero & Molina (idem), o Colégio Pedro II, desde os meados do Século XIX, cumpria e determinava quais seriam os programas de exame e, uma vez elaborados, tais programas eram divulgados para as escassas escolas oficiais brasileiras.

Contudo, por volta do final do século XIX, a necessidade de expansão de novas escolas, segundo o ideal positivista de “escola para todos”, favoreceria a elaboração do Programa de Ensino, por Fausto Barreto, promulgado pelo decreto nº 9649, de 2 de outubro de 1886, e pelo aviso nº 974, de 17 de março de 1887, na pretensão de uniformizar os estudos, em todo o território nacional. Nesse sentido, as autoras (p.47) apontam o manifesto de Maciel (1914, p. 446):

a influência que exerceu, o efeito que produziu pela orientação que a paliava, desviando o alvo do curso das línguas, agitando questões a que se achavam alheios muitos dos docentes, é mister assegurarmo-lo: assinalou nova época na docência das línguas (...)

Na compreensão de Fávero & Molina (op. cit.) o programa de Fausto Barreto foi a principal causa da gramatização brasileira:

Não havendo compêndios que se adscrevessem à nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magistério, tiveram de escrever as suas gramáticas, versadas no programa que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino da língua portuguesa. (Maciel, 1914, p.444)

De acordo com Maximino Maciel, essas gramáticas, já citadas, respeitam as instruções do programa, opondo-se à tradição portuguesa da gramática filosófica.

Com relação ao programa de Fausto Barreto, Guimarães e Orlandi (2001, p.25-6) apresentam Alguns Aspectos do Programa de Fausto Barreto:

O programa se organiza em torno de 46 itens. Os 5 primeiros tratam de “observações gerais sobre o que se compreende por gramática geral, por gramática histórica ou comparativa e por gramática descritiva ou expositiva. Objeto da gramática portuguesa e divisão de seu estudo. Fonologia: os sons e as letras; classificação dos sons e das letras; vogais; grupos vocálicos; consoantes: grupos consonânticos; sílaba; grupos silábicos; vocábulos; notações lexicais. O item 6 compreende: “Morfologia: estrutura da palavra; raiz; tema; terminação; afixos; do sentido das palavras deduzidos dos elementos que os constituem; desenvolvimento dos novos sentidos das palavras”. Os itens 7 a 11 dizem respeito às classes de palavras. O item 12 trata do “Grupos de palavras por famílias e por associação de idéias. Dos sinônimos, dos homônimos e dos parônimos”. Os itens de 17 a 20 têm por objeto a formação das palavras e os itens 21 a 28 a etimologia portuguesa. Os itens 30 a 41 tratam da sintaxe. O item 41 trata da colocação dos pronomes pessoais (este é um elemento constante nas discussões que incidem sobre as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal). Os itens 42 a 46 tratam da retórica e da estilística.

Ainda em seus estudos, esses autores (idem, p. 29-30) comentam sobre filiações teóricas e valores defendidos, por alguns gramáticos:

a) João Ribeiro, professor de História do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, define a gramática como *a coordenação e a exposição das regras da linguagem* (1887, p.9). Fala de regras, mas, mesmo privilegiando essa noção de regra na sua definição, acrescenta que *é necessário no entanto compreender que não há, propriamente falando, leis como queiram os neogramáticos(...). As leis representam sobretudo as tendências em um grupo étnico e lingüístico dado* (1887, p. 9). O autor filia-se à Gramática Histórica.

Assim, ele distingue: a) Gramática Geral: a que expõe os princípios lógicos da linguagem (o antigo conceito da gramática filosófica); b) a Gramática Particular: a que expõe os princípios e as particularidades especiais de um idioma; c) a

Gramática Histórica: a que estuda os fatos de língua nos seus diferentes períodos, desde sua origem até a época atual e d)a Gramática Comparada: a que é hoje a verdadeira Gramática Geral, a que estuda os fatos comuns ou diferentes em grupos de línguas que têm a mesma origem.

João Ribeiro considera como inseparáveis Gramática e Dicionário: para além dos fatos gerais mencionados nas gramáticas há fatos isolados que “*só a prática da linguagem ou o dicionário poderiam ensinar*”. Para ele a gramática, se não é histórica, é normativa: *a Gramática Descritiva (ou expositiva ou prática) é a arte que ensina a falar e escrever corretamente, ou seja, segundo o uso das pessoas eruditas* (1887, p.10)

b) Maximino Maciel, (1894, p.1)considera que a *gramática é a sistematização lógica dos fatos e das normas de uma língua qualquer*. Neste sentido, para os autores (op. cit.), não significa que os outros gramáticos tenham negligenciado a noção de norma.

As autoras Fávero & Molina (2006), apresentam, também, as filiações teóricas e valores defendidos por alguns gramáticos:

a) A *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881) filia-se ao método histórico-comparativo. Essa gramática apresenta a intenção de aplicar às línguas os princípios do evolucionismo biológico que predominava no fim do século XIX. Para as autoras (op. cit.), Júlio Ribeiro conceitua gramática conforme Whitney, como *a exposição metódica dos fatos da linguagem* e afirma que *ela não faz leis e regras para a linguagem* e seu estudo *não tem por principal objeto a correção da linguagem*. Diz, ainda, que *as regras do bom uso da linguagem expostas como elas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem*.

As ideias evolucionistas de Júlio Ribeiro destacam-se nesta passagem:

Bem como as espécies orgânicas que povoam o mundo, as línguas, verdadeiros organismos sociológicos estão sujeitas à grande luta pela existência, à lei da seleção. E é para notar-se que a evolução linguística se efetua muito mais prontamente do que a evolução das espécies: nenhuma língua parece ter vivido por mais de mil anos, ao passo que muitas espécies parece terem-se perpetuado por milhares de séculos. (p. 153)

A tentativa de Júlio Ribeiro para conciliar as novas propostas com as tradicionais, considerando-se que o evolucionismo não valorizava a norma padrão e seu ensino, uma vez que o seu intento era explicar os fatos e não fazer leis ou propor regras, as teorias antigas não poderiam ser negadas.

Para Fávero & Molina (op.cit.p.129), essa tentativa deixa clara a influência da Gramática Geral, que leva Júlio Ribeiro a dividir a gramática em geral (*exposição metódica dos fatos da linguagem em geral*) e particular (*exposição metódica dos fatos de uma língua determinada*).

a) A *Grammatica Portugueza*, de Pacheco e Lameira (1887), de acordo com Fávero e Molina (2006, p.152), valeu-se tanto dos preceitos da gramática geral e filosófica, quanto das produzidas sob orientação das correntes científicas que influenciaram os estudiosos daquela ocasião. Para as autoras, Pacheco e Lameira foram os que, sobretudo, seguiram o modelo histórico-comparativo. Quanto aos aspectos como o arcaísmo, hibridismo e neologismo há o contraste de avaliações (2006:138), pois para Pacheco e Lameira, o arcaísmo se perde na construção de continuidade da língua, mas seu desaparecimento concorre para o desenvolvimento da linguagem. O neologismo também caracteriza como novos meios de *'enriquecer'* a língua; já o hibridismo é julgado pelos autores como produtos bárbaros, conforme observaram Fávero e Molina (2006), pois nas palavras dos autores avaliados, os hibridismos se mostram produtos de elementos latinos e gregos que *'afeiam a língua'*.

Essa visão que se mostra paradoxal e demonstra tensão entre o aceitar ou rechaçar tais processos que intervêm na constituição da língua, isto é, uma tensão entre o aceitar esses processos e não aceitá-los sob a alegação que corromperiam o purismo do vernáculo, permeariam os manuais de ensino até os dias de hoje.

Também Bastos, Brito e Hanna (2006, p.62) afirmam a respeito de questões linguísticas:

Sui generis mesmo no que concerne às questões linguísticas, pois podemos afirmar que já se havia tomado a norma culta portuguesa como aquela que devia ser seguida pelos brasileiros, considerada como norma que refletia as variedades modernas do português europeu vigente na época em tela. Assim, é mostrado que as políticas do final do século XIX, instauradoras de projetos nacionalistas, indicaram para a

conservação do modelo lingüístico em voga: a moderna teoria aplicada ao estudo gramatical brasileiro.

Assim, os projetos nacionalistas, nesse contexto da gramatização brasileira, procuravam atualizar-se, pelo menos no plano lingüístico, chegava ao século XX, vivendo uma época entre o tradicional e o moderno, o passado e o futuro, em uma sociedade que precisava de se modernizar, ser reconhecida como independente de Portugal, mas, igualmente a Portugal, mantinha relações com as mesmas nações amigas tanto política quanto econômica, a título de exemplo, a Inglaterra. Um movimento intelectual nascia com sentimento nacional, nas afirmações de Calmon (op. cit.). Havia uma preocupação por parte das elites de “reeuropeizar”, pois o progresso passava por muitos conceitos, entre estes, o respeito à língua portuguesa lusitana.

2.2 Aspecto político: Rui Barbosa e sua atuação

O primeiro presidente da república, Marechal Deodoro da Fonseca e o seu sucessor, o também Marechal Floriano Peixoto, eram homens do exército e possuíam o “espírito de corpo” do militar, porém, não se pode dizer que, no Brasil, houve dois governos militares, mesmo considerando a tendência centralizadora desses militares.

A renúncia do Presidente Deodoro da Fonseca e a retirada do Presidente Floriano mostravam a força dos grandes cafeicultores e de setores ligados à exportação. Essa força se mostrava crescente, desde a proclamação da República e era percebida, também, entre os políticos civis: a política industrialista, de Rui Barbosa, baseada no emissionismo, encontrou forte oposição das oligarquias, em especial, a paulista.

Rui Barbosa mantinha estreitos laços com a elite rural. Embora o pai de Rui Barbosa, o baiano João Barbosa de Oliveira, fosse médico, burocrata e deputado, ocasionalmente, o casamento de Rui Barbosa aproximou os ramos da família Barbosa de Oliveira com famílias de latifundiários da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Rui Barbosa desempenhou muitas atividades profissionais, ligadas ao meio urbano, assim fez carreira no direito, jornalismo e política. Bacharel, formado em São

Paulo, superou as dificuldades financeiras herdadas e a prática advocatícia provinciana, galgando a posição de deputado na Corte, além de abolicionista convicto e jornalista da oposição, atividades que lhe permitiram conquistar a pasta de ministro das Finanças no Governo Provisório de 1889. O papel relevante de Rui Barbosa, nos primeiros anos da República, como ministro, senador e jurista consagrado, não foi bem visto. Ele foi responsabilizado pelo Encilhamento, inflação, pelo crédito fácil. Até de boatos de conivência, Barbosa foi acusado.

Quanto ao excesso de emissão de dinheiro, já era prática do governo imperial para aplacar cafeicultores do estado do Rio, e para atender a uma demanda real de moeda para o pagamento de salários, em que foi seguido pelo governo provisório de Marechal Deodoro, este angariando, também, simpatias para o novo regime.

As consequências vieram. Os produtos importados encareceram, devido ao aumento da demanda e ao consumo, eminente, dos novos ricos. Assim visto, a economia viu-se abalada, o aumento do custo de vida foi agravado pela imigração, que, ampliando a mão-de-obra, acirrou a luta pelos poucos empregos disponíveis.

Diante disto, desencadeia-se o movimento jacobino, que tem seu início no governo Floriano Peixoto e perdura até o final da presidência de Prudente de Moraes (1898). Os jacobinos desenvolveram seus ódios contra os portugueses que eram considerados usurpadores de empregos e exploradores de brasileiros. Eram acusados, também, os portugueses de controlar grande parte do comércio e das casas de aluguel.

A forma federativa de República, instituída pela Constituição de 1891, criou, de fato, um sistema de governo descentralizado, fortalecendo os poderes estaduais e municipais, que ficaram com uma série de atribuições. Com a entrada, em vigor, do novo texto constitucional, os estados puderam eleger seus presidentes e passaram a contar com uma legislação própria, que tornava possível a criação de impostos, a manutenção e o controle das forças policiais e o estabelecimento de um poder judiciário de abrangência estadual.

No entanto, essa forma descentralizada não guardava uma democracia representativa. Na prática, havia mecanismos que favoreciam as elites agrárias regionais, que se sentiam livres para aumentar ainda mais seu poder. O sistema eleitoral, por exemplo, funcionava como mecanismo de legitimação do poder local. O sistema era viciado: o voto não era secreto e o partido no poder controlava as

eleições. Nesse esquema, a pessoa tinha de votar em determinado candidato, pois podia sofrer sérias represálias caso se negasse. Era o chamado “voto de cabresto”.

Em todos os estados, quem formava a base das oligarquias eram os chefes políticos locais; eram, em geral, grandes fazendeiros ou comerciantes, que controlavam o processo eleitoral em cada região, os chamados “coronéis”, termo, que vinha da antiga Guarda Nacional, uma milícia formada por grandes proprietários de terras e seus homens de confiança; em todo o país, teoricamente, era uma força armada para ser auxiliar do Exército.

Com a eleição de Prudente de Moraes, em 1894, as elites agrárias de São Paulo, por intermédio do Partido Republicano Progressista (PRP), ganharam força e passaram a controlar o poder. A partir da presidência de Campos Sales (1898 – 1902), o PRP se uniu aos republicanos de Minas Gerais, estado mais populoso do país e com maior número de eleitores. Assim, nasceu a chamada política do “café-com-leite”, por meio da qual a oligarquia mineira e a paulista passaram a se revezar, no poder até 1930.

A política de Campos Sales foi resultado direto da política dos estados, um Poder Executivo reforçado, um poder Legislativo neutralizado, e a formação de poderosos núcleos regionais. Os dois mecanismos de poder – a aliança do café-com-leite e a política dos governadores, de outros estados, complementavam-se e vigoraram até a Revolução de 1930. Durante esse período, sofreram apenas duas interrupções. A primeira, em 1910, quando o PRP apoiou a candidatura de Rui Barbosa à presidência, na “Campanha Civilista”. A segunda interrupção da república café-com-leite aconteceu por ocasião em que Washington Luís foi deposto (1930). Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório. Assim terminava a chamada República Oligárquica.

Na ocasião da “Campanha Civilista”, os partidos republicanos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul apoiaram o Marechal Hermes da Fonseca. Eleito presidente, o Marechal promoveu a derrubada de algumas oligarquias estaduais do Nordeste, por meio de uma aliança entre tropas do Exército e forças populares. Essa política conhecida por “salvação nacional” foi aplicada em Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas. Em todos esses estados, os presidentes foram depostos e substituídos por militares, fiéis ao Marechal.

Os presidentes do Brasil entre 1894 e 1918 foram: Prudente de Moraes (1894-1898); Campos Sales (1898-1902); Rodrigues Alves (1902- 1906); Afonso Pena

(1906-1909); Nilo Peçanha (1909-1910), vice-presidente, assumiu o cargo com a morte de Afonso Pena; Hermes da Fonseca (1910-1914); Venceslau Brás (1914-1918), quando foi promulgado o decreto da lei sobre o Código Civil brasileiro em 1916.

2.3 Aspecto legislativo: formação do direito privado brasileiro

O século XIX apresentou um movimento de renovação legislativa que mobilizou as nações ocidentais. O Brasil, ao contrário do que sucedeu com outros países ibero-americanos, não codificou suas leis civis, nesse século, passando diretamente do Sistema das Ordenações Filipinas ao Código Civil de 1916³

Segundo Coelho Rodrigues (1897), a legislação civil, compilada em 1603, ainda vigorava em pleno século XX. Esta legislação civil foi escrita no estilo bizantino das Novelas dos Imperadores do Oriente, precedidas de leis extravagantes algumas de mais de três séculos, e, destinadas, primitivamente, a um reino absoluto e, ainda, conforme Coelho Rodrigues (idem), enxertadas depois no Império Constitucional, e, sobrepostas, ultimamente, no regime republicano.

Enquanto Portugal, em 1867, organizava o seu código civil, distanciando-se, muitas vezes, da tradição portuguesa, essa foi mais respeitada no Brasil. Todavia, a postura portuguesa, de distanciamento de sua tradição, foi a proximidade da influência exercida no movimento de renovação legislativa, no século XIX, pelo Código de Napoleão.

O Código Civil português foi elaborado, no período histórico em que as proposições da revolução francesa articulavam as diretrizes da renovação social. A Europa, nessa época, era influenciada pelo individualismo jurídico. As idéias liberais, que haviam penetrado em Portugal, no início do século XIX, afetaram, decisivamente na evolução do Direito privado português. A sociedade portuguesa, até então, sob o modelo da monarquia absoluta, procura adaptar-se ao novo espírito das relações privadas, afastando-se da sua tradição.

Segundo Gomes (2003), a história jurídica do Brasil e de Portugal que fora comum até essa ocasião, doravante, bifurca-se. Portugal segue as idéias francesas, inovando no seu Código de 1867, enquanto o Brasil permanece leal à tradição. A

³ Publicadas em 1603 durante a dominação espanhola.

causa provável, dessa lealdade, era a estrutura social do Brasil que, nessa época, se baseava na sociedade colonial e no trabalho escravo. Durante o Império, no Brasil, houve três tentativas de codificação: a de Teixeira de Freitas (1859), a de Nabuco de Araújo (1872) e a Felício dos Santos (1881).

Convém ressaltar o trabalho de Teixeira de Freitas, encarregado pelo governo imperial, em 1855, de consolidar as leis civis, com a obrigação de coligir e classificar toda a legislação pátria, inclusive a de Portugal, anterior à independência do Brasil.

A consolidação das Leis Civis condensa os resultados da experiência jurídica, acumulada, sobre as Ordenações já enfraquecidas. O Código Civil não se ateu à Consolidação das Leis Civis, no entanto, esta Consolidação facilitou a obra do codificador. O Esboço inspirou inúmeras disposições do Código Civil, a parte geral, do direito das obrigações e de alguns institutos do direito das coisas. O Esboço é obra inacabada. O governo (1872) não aceitou a ideia da elaboração de um código geral para o Direito privado.

Ainda para o autor, (2003, p.13):

(...) a fidelidade do Código à tradição e ao estado social do país revela-se mais persistente no direito de família e no direito das sucessões, nos quais, como observa Castan, não dá mostras de um espírito tão radical como de outras legislações americanas, pois conserva o princípio da indissolubilidade do matrimônio, o regime da comunhão universal de bens, o das legítimas e várias outras normas de certo sentido conservador.

Segundo o autor (idem, p.36), Clóvis Beviláqua entre vários artigos que escreveu para rebater as acusações ao Projeto, em 1906, sob o título *Em defesa do Projeto de Código Civil brasileiro*, dedica um capítulo ao socialismo jurídico. Desse modo, pondera que as reformas que se não contenham nos limites do equilíbrio dos interesses do indivíduo e da sociedade serão subversivas.

Assim visto, Gomes (idem) assegura que Beviláqua define, também, a sua própria posição, e explica que os Códigos devem ser obra de compromisso e transação, fato que revela o pensamento de Beviláqua, quanto à imaturidade do meio para incorporar as novas idéias; adverte, ainda que as codificações devem ser trabalho de depuração, de condensação, de enfeixamento, de classificação, de metodização, e nunca de aventureiros trânsitos por sendas mal desbravadas.

Com relação ao Código, Beviláqua entendia, que o dever do codificador, diante das novas formações, era o de lhes deixar caminho aberto para desenvolver, preencher a função social a que se destinavam e vicejar se merecessem vigor. Por fim, Beviláqua faz profissão de fé anti-socialista, ao afirmar que, se cumpre evitar o individualismo, o que ele contém de exageradamente egoísta e desorganizador, não é perigo menor resvalar no socialismo absorvente e aniquilador dos estímulos individuais.(idem, 2003, p.36)

O ensaísta (idem, p.37) assegura:

Note-se que esse socialismo a que se refere era apenas o movimento que viria concretizar-se, pouco depois, no reconhecimento dos direitos sociais, hoje inscritos em todas as Constituições modernas do mundo. O socialismo autêntico, como ideologia, era confundido, no seu pensamento, com o anarquismo, porque investia, segundo declara, “contra a organização da propriedade, da fazenda e do governo”, não passando de “fermento produzido por um estado de inquietação, de constrangimento e revolta em que se atormentava uma parte considerável do gênero humano.

O Código Civil, durante os dezessete anos de sua longa elaboração, transitou nas duas casas do Congresso Nacional. Em tempo algum, o Código Civil foi tachado de ter descuidado da questão social. Naquela época, não havia clima para uma crítica dessa ordem.

Gomes (idem) observa, na evolução legislativa do Direito privado brasileiro, um descompasso entre o Direito escrito e a realidade social. O Código Civil, no seu todo, ficou acima da realidade brasileira, incorporando ideias e aspirações da camada mais ilustrada da população. A elite brasileira em seu idealismo, também permitiu, em relação ao Código Civil, ser de grande utilidade para o próprio desenvolvimento do país.

Transferido para um país em desenvolvimento, que vivia na dependência da exportação da produção agrícola, instituições e doutrinas, oriundas de povos mais desenvolvidos, os codificadores do nosso Código Civil contribuíram para o aperfeiçoamento do Direito privado, sem renunciar à tradição pela novidade e sem cair no servilismo de outras codificações. Assim visto, o Código Civil projetou-se na

evolução da sociedade brasileira, cujo desenvolvimento, depois da primeira guerra mundial, conquistou o seu espaço.

Diante disto, pode-se entender que o Código Civil era uma necessidade para firmar o país dentro da modernidade da época, bem como, reafirmar o novo regime político, solicitando leis de acordo com o lema nacional da bandeira, *Ordem e Progresso*.

2.4 Aspecto linguístico: a língua portuguesa na polêmica gramatical

O gênero da polêmica intelectual a partir de meados do século XIX no Brasil trouxe à tona diversas discussões em torno da língua portuguesa. Somado ao contexto social e cultural do Rio de Janeiro que atraía maior mercado de trabalho para os homens de letras, que buscavam oportunidades no ensino, na política e no jornalismo, as polêmicas gramaticais contribuíram na divulgação de novas ideias que circulavam não só no Brasil como também na Europa.

Os jornais e as revistas sendo periódicos foram os elos materiais em que se assentaram as polêmicas e que se popularizaram entre as camadas médias a partir de 1880. A imprensa foi o meio pelo qual muitos debatedores exerceram além das contendas gramaticais também as literárias.

A polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*, poema épico de Gonçalves de Magalhães, publicada em 1856 foi mais um marco social do que literário, patrocinado pelo jovem imperador D. Pedro II. O recurso à profecia, usado às vezes nos poemas épicos, como em “Os Lusíadas”, aparece no poema *Confederação dos Tamoios* em versão cortesã bastante ridícula. José de Alencar, que contava então 27 anos de idade e já o espírito combativo que sempre o caracterizou, leu o poema, não gostou do que leu e, segundo Bueno & Ermakoff (2005, p. 18), irritou-se provavelmente com o favor imperial, para ele injusto, e começou a publicar no Diário do Rio de Janeiro as suas Cartas sobre a Confederação dos Tamoios dando origem a uma das mais famosas polêmicas do Brasil.

José de Alencar escreve oito cartas sob o pseudônimo de IG, tirado das primeiras letras de Iguaçu, heroína do poema. Sem piedade, IG ia demolindo o poema de Gonçalves de Magalhães, da concepção à métrica, do tom à estrutura.

O Imperador D. Pedro II, ferido pelas críticas de IG, reage em busca de apoio de respeitáveis nomes: Monte Alverne, Varnhagen e Gonçalves Dias. Varnhagen e Gonçalves Dias não aceitam entrar na contenda e até Alexandre Herculano que tanto o monarca admirava, após ler dois trechos do poema exclamara em altos brados, referindo-se a Gonçalves Magalhães: “Mate-me esse homem; mate-mo!”

Os defensores apareceram nas figuras de Monte Alverne, de Araújo Porto Alegre e do próprio Imperador, que publicou quatro artigos sob o título *Reflexões às cartas de IG*, assinando-os como “Outro amigo do poeta”, uma vez que Araújo Porto Alegre assinara como “O amigo do poeta”.

José de Alencar explica porque ocultou o seu nome, isto é, não foi pelo receio de tomar a responsabilidade do escrito; e sim por considerá-lo um nome obscuro e, assim, os leitores não dariam o menor valor às ideias que havia emitido. Justifica sua estratégia, dizendo que o leitor, aguçado pela curiosidade do mistério do nome oculto, daria decerto menos valor quando soubesse quem o havia escrito.

Algumas observações e críticas sobre a linguagem de Gonçalves de Magalhães são apontadas por José de Alencar, em suas oito cartas, publicadas no Diário do Rio de Janeiro (1855).

Apresentam-se, a seguir, alguns excertos sobre essas críticas:

Há no seu poema um grande abuso de hiatos e um desalinho de frase, que muitas vezes ofende a eufonia e doçura de nossa língua (...) (2005, p.23)

.....

Abra o poema e verá elipses repetidas, sobretudo na conjunção com (...) (2005, p.24)

.....

(...) mas é preciso exprimir os grandes sentimentos com a sua linguagem própria, as palavras são como as vestes do pensamento, que ora o trajam de gala e sedas, ora de lã e de estamemha, (2005, p.27)

.....

Lágrimas estanques é para mim uma frase incompreensível. Diz-se que uma outra coisa está estanque quando foi esgotada, quando já não verte água ou líquido; assim diz -se que a fonte; que a bica estancou, que as lágrimas estancaram nos olhos e secaram; esta é a etimologia da palavra, e a significação que lhe dão os clássicos. (2005, p 39).

.....

Assim pois, todo homem, orador, escritor, ou poeta, todo homem que usa da palavra (...) todo aquele que fala ou escreve, não por necessidade da vida, mas sim para cumprir uma alta missão social (...) deve estudar e conhecer a fundo a força e os recursos desse elemento de sua atividade. (2005, p.52)

.....

O Sr. Magalhães (...) criou uma infinidade de sons cacofônicos (...) (2005, p. 52)

Desse modo, José de Alencar deixa clara a sua postura perante o uso da língua que é *para cumprir uma alta missão social e estudá-la e conhecê-la é um dever*.

Araújo Porto-Alegre, em resposta às críticas feitas por José de Alencar, a respeito da linguagem de Gonçalves de Magalhães, no poema *Confederação dos Tamoios*, eleva o tom polêmico nos seguintes excertos:

Para se avaliar a intimidade de uma obra de arte como esta, não bastam uma leitura perfunctória, nem os rudimentos escolares da primeira idade; é necessário que o crítico suba a regiões mais altas, a uma outra atmosfera, para não ter a sorte de Ícaro, ou representar o papel de maledicente. (2005, p. 57)

.....

O grande princípio (...) que preside ao todo desta obra nacional, não pode ser avaliado por homens cujo coração está vazio (...) (2005, p.62)

.....

Trabalhai, homens de coração (...) porque as obras de grande volume não podem ser avaliadas nem aferidas por pigmeus contemporâneos, que medem tudo pelos seus palmos. (2005, p.62)

.....

O anão só pode elevar-se à altura do gigante em anda de taquara; a sua natureza mesquinha será revelada a cada passo que der, porque não imprimirá no chão as pegadas do homem normal, mas sim os buraquinhos, que a umidade ocupará, e onde vegetará um pouco de limo. (2005, p.63)

Araújo Porto-Alegre, diante dos excertos procura desqualificar seu adversário, José de Alencar, desferindo-lhe comparações preconceituosas no intuito de ofender os brios do opositor.

Entra na liça D. Pedro II quando escreve em resposta a José de Alencar, por meio do Jornal do Comércio (2 de agosto de 1856), procurando desqualificar José de Alencar, em seus conhecimentos de línguas estrangeiras. Veja-se o seguinte excerto de D. Pedro II:

Todas as vezes que eu leio um nome próprio italiano alterado, escrito à francesa, inclino-me a ver cópia, e cópia mal feita, mormente quando se trata de obras de arte que não foram aqui vistas nem ouvidas. (2005, p.81)

Em seguida, queixa-se o imperador da falta de cavalheirismo do senhor IG (José de Alencar):

Queixa-se (...) de que chamássemos ao Sr. IG... ignorante, depois de havermos exibido suas brilhanturas, e nos apresenta por isto como um homem sem moralidade e boa educação! E para exemplificar(...) fecha o seu artigo com estas frases tão mimosas e características do seu perfeito cavalheirismo :

“À vista disso, nem ao menos é um ente vil na alma, porém de exterior polido, como o espião da alta sociedade parisiense; é sem dúvida (e parece-me que estou vendo), uma espécie de gordo lazaroni, sujo, besuntado, de língua leve no insulto”. (2005, p.83)

Os debatedores empregam a ironia como recurso para desqualificar um ao outro. As ofensas físicas intelectuais também são recursos empregados para manter o debate.

José de Alencar assim se expressa e finaliza a sua participação no debate:

O papel do crítico tem sempre um laivo de odiosidade; mas espero que quem me conhecer, e souber que não fui levado por defeito e sim pelo desejo de que a imprensa assinalasse, mais do que com uma simples notícia, o aparecimento de uma obra nacional; julgará de minha opinião sem envolver nela os sentimentos do homem. (2005, p.89)

D. Pedro II escreve, no dia 15 de agosto de 1856, no *Jornal do Comércio* e deixa claro o seu respeito pelos clássicos, bem como valoriza a língua da época de Camões:

Teme o Sr. IG acabar esta questão fazendo-se professor de gramática; se tal acontecer haverá coerência de sua parte (...) queria provar-lhe por meio de exemplos tirados dos *Lusíadas* quanto é natural o emprego do *oh* no vocativo; e, apontando os cacófatos e versos prosaicos da epopeia portuguesa (...) (2005, p. 95)

Assim visto, o discurso polêmico gramatical, em que está presente, especialmente, em textos produzidos por célebres debatedores, tais como D. Pedro II, Araújo Porto-Alegre e José de Alencar representam as posturas de indivíduos que eram parte da prestigiada e privilegiada sociedade daquela época, o final do século XIX.

Ao estudar-se o pensamento e a postura dos debatedores, sobre a língua portuguesa no/do Brasil, o olhar do pesquisador da História das Idéias Linguísticas volta-se para a afirmação de Câmara Jr:

Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-se tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Deste modo, essa linguagem vem a ser uma marca desse *status* social. (1986, p. 10)

Neste contexto, as classes cultas dão-se conta desse fato e promovem debates a respeito da língua portuguesa, reafirmando suas posições de sujeitos participantes de novos hábitos culturais, por exemplo, publicar trabalhos sobre questões da língua portuguesa em periódicos para divulgar e expor esses trabalhos à crítica e apreciação de outros intelectuais.

O estudioso Ventura (1991, p. 106) afirma que, a partir da metade do século XIX, de acordo com a influência evolucionista e segundo os princípios de tal doutrina, a crítica refinaria a inteligência assim *o debate traria a evolução da literatura e do pensamento, promovendo a sua seleção e depuração.*

Esse retorno ao passado, pelo interesse em verificar as influências externas, tais como os aspectos: social, político e cultural permite conhecer o padrão da sociedade, em especial, a elite intelectual, que influenciou para que os debates, em torno da língua portuguesa, no/do Brasil representassem um ideal de padrão de língua nacional, é o que se busca analisar no próximo e último capítulo.

Capítulo III – A Polêmica Gramatical sobre a Redação do Projeto do Código Civil entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro

Este capítulo busca estudar dois textos, relevantes, a Réplica e a Tréplica, que pertenceram ao conjunto de documentos, fruto das discussões, sobre a correção da redação do Projeto do Código Civil, confeccionado pelo jurista Clóvis Bevilacqua, em 1902. Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro⁴ são os debatedores desses textos. Os assuntos gramaticais, levantados por eles, são geradores de diversos temas linguísticos que, especificamente, serão estudados à luz das idéias linguísticas que vigoravam no século XIX. Em especial, busca-se um estudo da polêmica gramatical, gerada, pelos Vícios de Linguagem, nos documentos que circulavam no início do século XX .

3.1 O Código Civil: motivo da polêmica gramatical

Na História do Direito, o final do século XIX foi dedicado às codificações conforme se observou no Capítulo II. Por essa época, assume a presidência da República Campos Sales, de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902. Esse presidente se empenha na elaboração de um Código Civil brasileiro, dentro do novo regime republicano, devido à preocupação de dar ao país um sistema de normas de Direito privado, que correspondesse às aspirações de uma sociedade interessada em afirmar a excelência do regime capitalista de produção. Assim, em 1899, o então ministro Epiácio Pessoa encarregou o professor de Recife, Clóvis Bevilacqua, da elaboração de um projeto, confiante na rapidez e perfeição do jurisconsulto.

A abolição da escravatura já era fato consumado e, provavelmente, o direito, desses recém-homens livres e de todos os cidadãos brasileiros, exigia novos rumos, quanto aos deveres e direitos civis e somados a todos esses fatos havia um processo de industrialização em curso.

⁴ A pesquisadora, doravante, adota a sigla RB= Rui Barbosa e ECR = Ernesto Carneiro Ribeiro.

Semelhante confiança não teve o senador RB, que criticou com veemência a resolução do governo. RB não concordava com a escolha feita, e também com a pressa que o governo queria que se empenhasse ao trabalho. O próprio RB tinha assim explicado sua atitude na Réplica à correção gramatical feita por ECR :

Quando o Governo passado incumbiu do Código Civil o Dr. Clóvis Bevilacqua, e este, *audax juventa*, se pôs à empreita de o dar feito em seis meses, eu, que redator então de uma folha diária, tinha por ofício comentar dia a dia os sucessos mais relevantes, animei-me a alguns reparos (...). Sem fazer pouco nas qualidades do escolhido (...) a quem se cometesse aquele trabalho, além das qualidades profissionais, as do homem de letras, com as de homem de estado, e um saber mais feito de experiência, (...) mais amadurecido nos anos e (isto indispensavelmente) o hábito, o gosto, a segurança da correção no idioma nacional. Tais condições me parecia reunirem-se, até, numa pessoa, cujo nome declinei, e cujas provas em todos esses dotes são cabais: o conselheiro LAFAYETTE. (Réplica, 1953, p. 81-2)

Clóvis Bevilacqua redigiu em seis ou sete meses o Projeto primitivo. De posse desse esboço, Epitácio Pessoa o submeteu ao exame de vários juristas, nomeando, afinal, uma comissão revisora, a Comissão dos cinco. O Projeto revisto foi entregue ao Presidente Campos Sales e imediatamente encaminhado por este ao Congresso.

Decorridos dois anos do quadriênio presidencial, os de 1899 e 1900, apenas trabalhos extra-parlamentares se tinham processado, na elaboração e revisão do Projeto. Só em 1901, e já no fim do ano, começou a Câmara a estudá-lo. Uma comissão especial, a Comissão dos Vinte e Um, foi encarregada do seu estudo em 26 de julho; também desses trabalhos participou ativamente Clóvis Bevilacqua.

Travou-se, então, rija peleja entre o espírito renovador do autor do Projeto e outros de tendências contrárias, como Andrade Figueira⁵. Eis o que disse: *em matéria de locação de serviços, casos há em que a prisão é indispensável para o lavrador ou o proprietário que alicia trabalhadores do vizinho, por exemplo.*

5 Trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados. V.VI, p. 38

Neste caso, o legislador impõe a prisão e muito bem, por que é um caso de fraude (apud Gomes 2003, p.41).

Assim, prestes a encerrar-se o quadriênio, o Projeto corria o risco de não ir à sanção presidencial antes de 15 de novembro. Mas, antes que se abrisse a sessão extraordinária, o que ocorreu em 25 de fevereiro, houve quem se preocupasse com o estilo da redação publicada.

Dois dias depois da publicação do trabalho da Comissão, o deputado Seabra, levando um exemplar do texto, procurou o professor ECR, gramático conceituado, pediu-lhe que fizesse, com a máxima urgência, a revisão gramatical dos 1832 artigos do Projeto, que tinham sido redigidos por algumas dezenas de pessoas diferentes e de opiniões e formas de expressão raramente acordes entre si.

ECR atendeu ao pedido com alguma hesitação. Fez a revisão gramatical e literária do trabalho em quatro dias e algumas horas, contribuindo com 77 emendas ao texto. Finalmente, em 31 de março encerrou-se a sessão extraordinária da Câmara, indo o Projeto ao Senado, que já estava a postos, com sua Comissão Especial constituída, sob a presidência de RB.

RB não se ateu só à matéria jurídica, mas foi além, modificou a redação de vários dispositivos que lhe pareciam obscuros, malsoantes, e até mesmo gramaticalmente defeituosos. Por essa razão, RB escreveu o seu *Parecer* sobre a redação do código civil.

3.2 Resposta ao *Parecer* do Senador Rui Barbosa: Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados.

A Comissão encarregada pela Câmara dos Deputados de rever o projeto do Código Civil, resolveu tomar em consideração o parecer lavrado por RB sobre o Código e ao qual a Comissão Revisora do Senado deu a sua homologação. Assim, a Comissão da Câmara dos Deputados manifestou-se:

Não é um parecer, é um libelo; não faz direito, faz polêmica; não critica, deprime; não corrige, deturpa; não eleva, subalterniza o assunto. (...)

Está muito longe do que esperávamos e do que tínhamos o direito de esperar, do que a magnitude do assunto e a dignidade do Poder Legislativo reclamavam, do que a capacidade, a cultura e o renome

incontrastável do Sr. Rui a todos prometia, o trabalho com que ele nos surpreendeu. (...).

A Comissão é o seu alvo direto e principal. O Código é o pretexto, a Comissão é o fim. (...).

Ninguém contesta o valor e a eficácia da crítica e da ironia como armas de combate nas lutas da inteligência, como corretivo eficaz às audácias da mediocridade, mas, como tudo, uma e outra, têm o seu lugar. (tomo IV, 1969, p. 10)

A Comissão, julgando exagerada a postura de RB quanto à revisão gramatical empreendida por este, toma a defesa do filólogo ECR, pois de acordo com a Comissão:

O Sr. Carneiro Ribeiro é o “gramático ilustre” a cujo “esmeril” o digno Presidente da Comissão submeteu o trabalho desta, demonstrando assim que nenhum sentimento de vaidade e amor-próprio nos obcecava, mas que somente obedecíamos ao nobilíssimo intento de, com o concurso de todos os doutos e competentes, dar à nossa codificação o caráter de uma obra verdadeiramente nacional, e tanto quanto possível, perfeita e escoimada de vícios. (tomo IV, 1969. p. 19)

Assim, não se conformando com as correções de RB, surge ECR defendendo em opúsculo intitulado *Ligeiras Observações sobre as emendas do Dr. Ruy Barbosa feitas à redação do Projeto do Código Civil* no qual procura explicar que *das emendas do ilustrado senador, umas há que são justas; outras, injustas e infundadas; algumas erradas.*

E continua:

Um das vezes a construção da frase se lhe torna entevada e arrevezada; outras vezes, nas emendas aos artigos, se lhe notam erros manifestos de sintaxe; aqui censura num artigo as mesmas faltas que pouco adiante comete; ali redige emenda, caindo nas mesmas faltas do artigo censurado. (Ribeiro, 1957, p.12)

Veja-se o seguinte exemplo:

ECR trata a redação de RB de obscura e péssima, no artigo 232 do *Projeto*, assim construída por RB:

Não tendo bens particulares, que bastem, o cônjuge responsável pelo ato anulado, aos terceiros de boa fé se comporá o dano pelos bens comuns, na razão do proveito que lucrar o casal.

O professor ECR, em suas *Ligeiras Observações* (1957, p.74), limitou-se a dizer: *Emenda obscura e de péssima construção.*

Usando de argumento não muito convincente, RB diz que a obscuridade *não se determina por conta, peso ou medida, nem se afere a regras de sintaxe.* (*Réplica*, 1953, p.308)

Deste modo, relembra ECR:

Todas vezes que na expressão dos conceitos se denuncia o artifício ou o esforço do escritor, ter-se-á por defeituosa a construção, que não traduz com simpleza e naturalidade o pensamento, de que é transunto. (*Tréplica*, 1956, p. 687)

O código vigente substituiu a redação de RB por esta outra:

Art. 255, § único. – Quando o cônjuge responsável pelo ato anulado não tiver bens particulares, que bastem, o dano aos terceiros de boa fé se comporá pelos bens comuns, na razão do proveito que lucrar o casal.

ECR apresenta outro exemplo para elucidar as faltas que RB censura num artigo e comete as mesmas faltas pouco adiante:

Assim o artigo 180 do *Projeto* estava redigido:

A interrupção da prescrição feita por um dos credores não aproveita aos outros, assim também, a interrupção feita ao devedor ou herdeiro comum não prejudica aos demais co-réus.

RB apresenta a seguinte emenda ao artigo 180:

A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros. Semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais co-obrigados.

RB censura as expressões *fazer casamento*, *fazer interrupção*, *fazer prestações* e complementa dizendo não haver erro na locução *interrupção feita*, porém haveria falta de tato vernáculo.

ECR adverte RB que *se algumas dessas locuções, em cuja composição entra o verbo fazer, são hoje tidas por antiquadas, não se pode tachar de antivernáculo a expressão interrupção feita, etc.* (Tréplica, 1956, p.659)

ECR elenca grande cópia de exemplos clássicos de Castanheda, Barros, Diogo de Couto, Vieira entre outros (idem, p. 658)

Continua ECR dizendo que o próprio *Código Português* cuja linguagem RB considerava clássica e de bom modelo usou da locução *prestação feita* não aceita por ele e exemplifica:

A prestação pode ser feita pelo próprio devedor, a prestação deve ser feita ao próprio credor, a prestação feita a terceiro, são modos de dizer usados nos aludidos artigos, na secção VI desse Código, encimados, de mais a mais, pela rubrica seguinte: Das pessoas que podem fazer a prestação e Das pessoas a quem deve ser feita. (Tréplica, 1956, p. 662)

Assim o próprio RB ao corrigir o artigo 195, se contradiz com seu ensinamento escrevendo: (...) quando anula o *casamento feito*, incorrendo nas mesmas faltas que critica.

Finalizando, ECR afirma que se pode, pois, não incorrer em vício de linguagem quando se diz *fazer prestações*, aliás, atual até os dias de hoje.

Estava, como se vê, iniciada a contenda; assim o parecer se transformou em ‘polêmica’. Desse modo, esta foi a primeira resposta a RB, dada por ECR, seguida pela *Réplica* de RB, e a *Tréplica* de ECR.

A Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados discorreu, também, sobre alguns assuntos gramaticais, afirmando:

Não é verdadeira, nem aceita e observada, como entende o Sr. Rui, para criticar o art. 673 do projeto, a regra de Soares Barbosa de que a “língua portuguesa usa do infinito pessoal quando o sujeito do verbo infinito é diferente do verbo finito que determina a linguagem infinita”. O próprio “eminente filólogo baiano” o professor Carneiro Ribeiro, a cuja autoridade se apegou o gramático da Comissão do Senado para corroborar a afirmação do gramático português, abre exceções ao rigor

inflexível com que ela é formulada. A justificativa do artigo criticado está na própria segunda exceção transcrita pelo Sr. Rui na nota correspondente. E foi certamente por assim considerar que Carneiro Ribeiro, não sendo menos cioso que o Sr. Rui da regra que admitira e dos casos da sua aplicação, susceptível de emenda não julgou a redação do art. 673, ou também por entender que, mesmo com as exceções que abre à regra de Soares Barbosa, - esta não pode ter o caráter de absoluta imutabilidade que o Sr. Rui lhe empresta. (tomo IV, 1969, p.25-6)

A Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados afirma que a regra, apoiada por RB, nem sempre é apoiada por entendidos no assunto, tais como os gramáticos, Júlio Ribeiro, Pacheco e Lameira, Paranhos da Silva e conclui citando Grivet, a respeito da regra sobre o uso dos infinitos:

Sobre o emprego dos tempos impessoais do infinitivo, o que se pode sumariamente concluir é que, ao avesso das idéias que parecem geralmente prevalecer, a impersonalidade é propriedade essencial deste modo. A personalidade propriedade accidental. É, porém de tanta utilidade e agrado na dicção, quando oportunamente empregada, que as línguas que dela carecem mal a conseguem suprir pelos rodeios mais ou menos empregados... Todas as indagações sobre o assunto reduzem a importância dos tempos pessoais a uma função de utilidade prática, porém, valiosíssima, quando se reflete que ela confere à linguagem os predicamentos mais indispensáveis: a clareza e a rapidez. (Tomo IV, 1969, p.27)

Criticando a preferência de R.B. pela construção indireta, considerada por este como mais usada, mais vernácula, mais de acordo com o purismo e as belezas da língua, a Comissão da Câmara dos Deputados escuda-se em Júlio Ribeiro que diz: *A tendência, que atualmente apresentam todas as línguas para se tornarem analíticas, é a causa da preferência que cada vez mais tem a construção direta sobre a inversa.* E continua a Comissão dizendo que também Pacheco e Lameira confirmam o caráter analítico em nossa língua, pois *o português moderno obedece, na ordem das palavras, as regras relativamente fixas: 1º sujeito, 2º verbo, 3º atributo, complemento do atributo, etc.*

Também Villemain, de acordo com a Comissão, observando, como os doutos gramáticos, a evolução operada na língua latina diz que essa *estava, de alguma sorte, naturalmente exposta a mil alterações, oriundas da própria perfeição da sua contextura primitiva.* (tomo IV, 1969, p.28)

A comissão aponta, entre vários entendidos no assunto, o parecer de M. Schlegel:

Seja, porém, como for, no seio da perfeição sábia da língua sintética dos Latinos preparavam-se já alguns sinais precursores do movimento do espírito humano para a clareza, para o método, para a precisão, para alguma cousa de menos poético e de mais claro. (tomo IV, 1969, p.28)

A Comissão da Câmara dos Deputados continua:

Não. Um código não é, não foi, não será jamais uma obra de arte de poesia, de literatura, de história e de erudição para o uso, gozo e entendimento de artistas, de poetas, de literatos, de historiadores e de eruditos.

As leis, diz Montesquieu, não devem ser sutis; são feitas para pessoas de medíocre entendimento. Não são uma obra de lógica, mas a razão simples de um pai de família. (tomo IV, 1969, p.29)

Os comentários da Comissão do Código Civil dos Deputados, em relação aos títulos dados àqueles que são chamados a defender-lhes as posições gramaticalmente, muitas vezes são confusos, por exemplo, Grivet é denominado tanto gramático como filólogo. Assim, a Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados reitera que a lei tem necessidade de clareza, de concisão, de simplicidade, de harmonia e que RB, ao contrário disso, visando à preocupação de dotar o país de um código modelo, quanto ao estilo, e, sempre falando em nome do classicismo, RB doutrina o seguinte:

A repetição de meu, teu, seu, sua, nosso, nossos, vosso, vossos, toda vez que importe exprimir a relação de pertença ou dependência, desvigorá, peia, arrasta a prosa vernácula, amarrando-a a trambolhos as mais vezes inúteis. Um prosador hábil no meneio do nosso idioma não diria, por exemplo, com o projeto no art. 391, n. 1: “É direito do progenitor sobre a pessoa dos filhos menores dirigir a sua educação”. A boa forma portuguesa, incisiva e tersa, é – dirigir-lhes a educação.

Mas o projeto quase não conhece outra forma de escrever. Vejam-se os arts. 430 n.1, 433 n.11, 464, 485, 598 n.1, 672, 831 n.11, 1.150 parágrafo único. (tomo IV, 1969, p.32)

Prossegue a Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados que, apesar de a supressão dos possessivos ser tendência dos modernos puristas portugueses, a linguagem brasileira ainda se não havia deixado “corromper”, guardando o cunho de sua vernaculidade. E conclui o assunto afirmando: - *Se há, pois quebra dos velhos moldes da linguagem castiça, não é, no dizer do projeto que com eles se ajusta, mas no do Sr. Rui que nos novos se inspira.* (tomo IV, 1969, p. 33)

RB, porém, não havia dito que o uso dos possessivos era tendência dos modernos puristas e, de fato, a redação muito lucrou com a supressão do possessivo. Assim a Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados fazendo suas as palavras de Villemain:

Hoje nossa civilização crescente tornou-se o fundo de nossos pensamentos os mais íntimos. A vida é tão sábia, tão desenvolvida, tão enriquecida de invenções engenhosas que contra ela nada podem as reminiscências do passado. É no tempo presente que se vive, é com os pensamentos de todo o mundo que cada um pensa. Os estudos variados, as reminiscências perdem-se no sentimento atual da civilização... As línguas não remontam: quando começam a se alterar, continuam. De duas maneiras elas se conservam: pela ciência, pelos monumentos literários, pela comunicação dos espíritos ou pelo isolamento e a ignorância. (tomo IV, 1969, p.60)

Diante desse contexto, a Comissão do Código Civil conclui que o povo não estava nessas ordens de condições, pois um povo, em via de formação, sem feição definida e própria, tais como raça, língua, ciência, literatura, demonstrava, desse modo, a visão eurocentrista corrente na época, uma vez que, no Brasil republicano, do final do século XIX, a língua portuguesa já havia sido promulgada como a língua oficial do Brasil, por decreto no século XVIII, pelo Marquês de Pombal.

Por essa razão, apesar de a Comissão do Código Civil que dizia: - *se de um lado - não temos monumentos literários e científicos, - de outro – somos um povo que aspira (...) progredir e que de todas as partes sente influência, a que se não pode subtrair, do elemento estrangeiro (...)* (vol. XXIX, 1969, p.60); o código deveria

falar a linguagem de seu tempo, cuidando de não exagerar quanto aos neologismos, muito menos ser um renovador de arcaísmos.

Assim visto, a sumidade da perfeição das leis estaria na clareza, na concisão, na simplicidade e, antes de tudo, a acessibilidade às inteligências comuns.⁶ A resposta, dada ao Parecer de RB pela Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados aponta, também, que uma mudança linguística estava em curso, por isso a reação, de acordo com a convicção de RB aos usos linguísticos não autorizados presentes no texto do código civil e, posteriormente, discutidos por ele e ECR.

Passados quatorze anos, depois de acirradas defesas sobre a correção gramatical do *Projeto*, assim manifestou-se Clóvis Beviláqua:

Remetido o Projeto ao Senado, logo a 3 de abril de 1902 estava redigido um Parecer do Sr. Senador Rui Barbosa sobre a sua redação. Tendo-se encerrado a sessão extraordinária da Câmara a 31 de março do mesmo ano, o egrégio parlamentar não despendeu mais de três dias no preparo desse minucioso trabalho, a que ele mesmo chamou a mão de obra literária do Projeto. (Parecer do Senador Rui Barbosa sobre a Redação do Projeto da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902. É um farto volume de 561 páginas em oitavo grande; 217 eram as páginas do in folio).

O que é esse Parecer sabem-no todos, pois não só os juristas se interessaram por ele, senão também os literatos, e, ainda, os que apenas sabiam ler. Foi uma obra que causou profunda impressão no país. Ao fazer-lhe uns tímidos reparos, dizia eu: “O choque violento dessa mole ingente de saber profundo e rude crítica filológica, que das mãos ciclópicas do Senador Rui Barbosa acaba de ruir, fragorosamente, sobre o Projeto do Código Civil, deixou-me aturdido”. E esse foi o estado de espírito do grande número: o assombro admirativo! “José Veríssimo diante do conhecimento de tal modo aprofundado e extenso da língua portuguesa, apressava-se em declarar a nossa completa ignorância dela e nesse plural, modestamente, se incluía, para deixar na posição singular, de brilho e relevo extraordinários, o escritor máximo. Muitos outros sentiram irreprimível necessidade de vir, em público, dar expansão ao justo entusiasmo de que se achavam possuídos. Entre esses, merecem especial menção, pela autoridade que lhe conferem o Sr. Cândido de Figueiredo, em cujo artigo, “Lição aos Legisladores”, se lêem as palavras seguintes: “No parecer do douto senador, escalpelam-se e desnudam-se numerosos erros de sintaxe, bastas improbidades de vocábulos, galicismos imperdoáveis, neologismos disparatados, obscuridades de construção e muitas outras mazelas que, sem o cuidado e o saber do Dr. Rui Barbosa, colocariam,

⁶ Sala de sessões da Comissão do Cód. Civil, 31 de outubro de 1902. Anísio de Abreu, relator.

lastimosamente, o projetado Código Civil brasileiro a par de algumas leis portuguesas”.

Como era de esperar, o Senado aprovou, desde logo, esse Parecer. (apud Moura, 1949, p.20-1) (Clóvis, op. cit, p.43- 4).

A impressão causada em Beviláqua após quatorze anos sobre a correção gramatical do código civil dá a entender que a confiança foi total no *Parecer* do senador RB. Afinal, RB representava o senado brasileiro, portanto a sua posição de homem público realçava não só as qualidades pessoais, como também de representante da nação brasileira em assuntos que se estendiam para além das leis, isto é, a língua da nação. Assim, no imaginário de muitos políticos, juristas, gramáticos, literatos, jornalistas e “apenas os que sabiam ler” havia um guardião do património linguístico e este homem era RB.

3.3 A polémica gramatical: RB e ECR

Examina-se a seguir, o tratamento dado a certos fatos gramaticais e privilegia-se a análise de alguns tópicos da polémica linguístico-gramatical debatida entre RB e ECR. Para tanto, contemplam-se os vícios de linguagem: cacofonia, eco, estrangeirismo, neologismo e arcaísmo.

3.3.1 Vícios de linguagem: os gramáticos do século XIX

Apresenta-se a seguir a definição dada pelos gramáticos do período estudado, sobre o tema vícios de linguagem, além de se considerar, também, a definição de gramático de hoje.

a) Júlio Ribeiro (1899, p. 336-7-8) assim define em sua *Grammatica Portugueza* os vícios de linguagem:

Vícios

635.Vícios há que deturpam o discurso, já nos seus elementos lexeologicos, já nos seus elementos syntacticos.

636.O vicio lexeologico chama-se *barbarismo*, e consiste:

1) em usar de palavras e phrases estranhas á língua ex.: < *Affroso* – *Abat-jour* > em vez de < *Medonho* – *Quebra-luz* >.

2) em dar às palavras significação que ellas não têm, ex.: < *Confeccionar – Desapercebido* > em vez de *Organizar – Despercebido* >.

3) em acentuar e articular erradamente as palavras, ex. : < *Púdico – Cravão* > em vez de < *Pudico – Carvão* >.

4) em empregar termos obsoletos, ex. : < *Bofe– Lídimo* > em vez de < *Certamente – Legítimo* >.

Archaísmo

Archaísmo: Dá-se este nome a termos que já foram usados, e hoje estão esquecidos. Ex. : *arteirice*, hoje astúcia; *avença*, hoje concórdia, harmonia; *britar*, partir; *catar*, olhar, empregado no composto catavento.

Neologismo

Neologismo: Dá-se o nome de *neologismo* a palavras que se vão introduzindo na língua. Ex.: *carambolar, periodicista, bilontra, nasoculos, cardápio*, etc.

A mania do neologismo é das mais detestáveis. Hoje, no Brasil, ser *novo* quer dizer *neologista*. O neologismo só se justifica pela necessidade de uma denominação nova, para uma descoberta que também é nova, para um novo instrumento; ou então quando vem apadrinhado por um nome respeitado na língua.

Os *periodiqueiros* e os *novos*, não passam de deturpadores da língua. Para trás!...

Hybridismo

Dá-se nome de *hybridismo* às palavras de criação nova, e que se formam com elementos de línguas diferentes. Ex. : *photogravura; pulvero- graphia; oleographia*; em que o primeiro elemento é latino, e o segundo, grego.

As palavras de criação nova devem ser pedidas unicamente a uma língua; telégrapho; telephono, são palavras de cunho legítimo.

637. O vício syntactico chama-se *solecismo*, e consiste em infringir as regras da syntaxe, ex. : < *Nós vai – Para tu* >.

638. Há outros vícios que deturpam a parte musical, a harmonia do discurso; são:

1) a cacophonia ou encontro de duas palavras que produza uma terceira de significação baixa ou torpe, ex. : < *Alma minha – Essa fada – Ella trina* >.

2) o hiato ou encontro de vogaes accentuadas, ex. : < *Quando ando trabalhando – Vou á aula – Mandou-o o honrado chefe* >.

3) o echo ou concurrencia de sons idênticos, ex. : < Quando ando trabalhando – Eles procurarão consolação á afflicção de seu coração >.

4) a collisão ou som áspero e desagradável resultante da successão de articulações roladas ou sibilantes, ex. : < Temo-o por rei – As azas azues >.

Os rethoricos têm regras e figuras para fazer de todos estes vícios primores de linguagem.

Júlio Ribeiro acusa os periodiqueiros (jornalistas) de corruptores da língua, pois só admitia neologismo quando este viesse apadrinhado por um nome respeitado na língua, por isso no prefácio de sua obra argumenta que *lendo artigo e livros bem escritos, muita gente consegue falar e escrever corretamente sem ter feito estudo especial de um curso de gramática*.

b) Candido de Figueiredo (1920, p. 229-234) assim define em sua *Grammatica Sintética Lingua Portuguesa* os vícios de linguagem:

Qualidades e defeitos de linguagem

A parte as diferentes fórmãs do estilo, a linguagem falada ou escrita deve reunir, além de outras, três qualidades essenciais: *pureza, correcção, clareza*.

A *pureza* consiste no emprego de palavras e expressões autorizadas pela história da língua e pelo uso dos que melhor falam.

A *correcção* consiste em frasear, segundo as regras que a sintaxe deduziu da linguagem corrente e da linguagem dos mestres.

A *clareza* consiste em empregar palavras e construir frases, cujo sentido facilmente se compreenda.

1.Considera-se infracção da *pureza*: o *barbarismo*, o *regionalismo*, o *neologismo*.

Há barbarismos de locuções e barbarismos de palavras. São locuções bárbaras *chefe de obra*, *fazer as delícias de alguém*, *fazer a Avenida*, *vem de publicar-se*, etc. São palavras bárbaras *menu*, *detalhe*, *debutar*, *feérico*, *reclame*, *Algéria*, *nuança*, *controle*, *soirée*, *dandy*, *embalagem*, etc. (...)

2. Regionalismo (...)

3. *Neologismo* é o emprego de palavras recentemente descobertas ou introduzidas na linguagem. Considera-se vicioso, se não meramente inútil, quando substitue um estrangeirismo, como *enscenação*, em vez do francês *mise-em-scene*; e quando o desenvolvimento das artes, das

indústrias, das ciências, torna necessário emprego de palavra, que dantes não figurava nos documentos da língua. Tal é o *neurônio*, o *aeroplano*, a *haplologia*, etc.

Arcaísmo é a expressão que caiu em desuso, e portanto oposta à clareza. Pode todavia ser louvável, se é termo vernáculo e contribue para o ornato e riqueza da linguagem. Descrevendo-se, por exemplo, um vestuário quinhentista, não é inoportuno referir os antigos nomes das peças do vestuário, a designação arcaica de certos tecidos, etc.

12. Também se consideram infracções da sintaxe estilística os seguintes defeitos de linguagem: *eco*, *hiato*, *cacofonia*, *colisão*.

Eco é a reprodução de sons análogos e próximos. Exemplos: - < Não *via* que não *devia* pensar melhor >; < *quando ando* na rua ...>; < este menino é *fino* >.

Hiato (...)

Cacofonia, ou *cacófato* é o encontro de palavras ou sílabas, que forma outra palavra, plebéia, torpe, ou indecorosa.

Exemplos: - < Sofrer não pode ali o *Gama mais* >; < a boca *dela* >; < aquele *amor morreu* >; < desta sentença *há recurso* >.

13. Os mencionados defeitos, - eco, hiato, cacofonia e colisão, - opõem-se á harmonia, que, além da pureza, correcção e clareza, é virtude exigível em qualquer gênero de linguagem.

Candido Figueiredo apoia-se na *retórica* que de acordo com Aristóteles, (Reboul, 2004, 61-2) a prosa devia encontrar suas próprias regras. Desse modo, estas regras reportavam à escolha das palavras e à construção das frases, pois deveria produzir um discurso ao mesmo tempo correto e bonito. Para que isso se realizasse era preciso escolher as palavras no vocabulário usual, evitando tanto arcaísmos quanto neologismos. Assim, pureza, correção e clareza são qualidades que existem desde os gregos, a partir da retórica dentro das qualidades de estilo. Para o autor C. Figueiredo, neologismo pode ser ou não vicioso, porém torna-se necessário o neologismo, quando o desenvolvimento das artes, indústrias ou ciências exigir o emprego de palavras que dantes não figuravam nos documentos da língua, o mesmo se dá com o arcaísmo desde que sendo termo vernáculo.

C) João Ribeiro (1889, p. 295-316) assim define em sua *Grammatica Portugueza* os vícios de linguagem:

Dos vícios de linguagem

Chamam-se *vícios de linguagem* as irregularidades da língua, produzidas pela ignorância do vulgo ou dos escritores poucos escrupulosos.

Os principais vícios cometidos na linguagem falada e escrita são: o *solecismo*, o *barbarismo* e a *cacofonia*.

I. – Solecismo

O solecismo é um vício sintático cometido quando se não observa a concordância ou a colocação gramatical dos vocábulos: Nós vai. Falarei-te. Dou dia, etc.

II. Barbarismos

Chamam-se barbarismos as expressões tiradas de outras línguas e constituem vício quando os vocábulos estranhos são necessários.

Os principais são os *latinismos* e os *galicismos*.

Os latinismos podem ser de sintaxe. É o que se nota em certas inversões ousadas, pouco próprias da índole da língua.

No século XVI na época em que a língua sofreu a mais intensa aproximação do latim, por influência do renascimento clássico, usou-se um pouco descomedidamente a ordem inversa. João de Barros condena a seguinte construção, como exagerada, e da autoria de um letrado: *Dá-nos, Senhor, aquela a qual o mundo não pode dar, paz.*

É o vício que Barros denomina conforme a retórica, cacosinteton.

Galicismos são as expressões e modos de dizer da língua francesa introduzidos no idioma. (...)

Forçoso é confessar que, apesar da velha reação filológica, os galicismos vão sendo adotados na língua escrita e em grande número já subsistem na língua vulgar.

O galicismo é, além disto, um fato justificável. A renovação literária do século XV teve por base a imitação da arte clássica antiga: os latinismos foram as mais notáveis consequências dessa fase e escola literária. Os nossos clássicos latinizaram a língua de tal forma que um século foi apenas o suficiente para que o português se diferenciasse da língua antiga e se tornasse uma língua inteiramente nova.

A renovação literária e científica do século XIX deveria igualmente produzir análogos resultados. No século atual, o movimento romântico, oposto ao clássico, veio da França, ao menos para as populações do sul da Europa.

É a França a mãe dos modelos em letras e em ciências para os países secundários que não têm movimento literário original.

É fácil ver, pois que o galicismo é no século XIX o resultado da educação do povo pelo espírito francês: do mesmo modo que o latinismo foi a educação dos espíritos no século XV e XVI, pela literatura latina.

Não é aceitável a razão de que a língua se acha constituída; o caráter mesmo de todas as línguas é ser um superorganismo em progresso ou em decadência, e sempre em movimento.

Outra razão que alguns filólogos opõem contra o galicismo é que muitos deles são escusados e inúteis.

Que utilidade houve no século XV para substituir o vernáculo segre pelo *latinismo* século? O vernáculo *cheio* por *pleno*?

Cacofonia é um vício resultante do encontro de vocábulos que ao conjunto se prestam à formação de um termo inconveniente: *Alma minha. Tu as não viste.*

Todo som desagradável é cacofônico.

O eco resulta da repetição das mesmas sílabas: *Estado suportado com cuidado.*

Alterações léxicas e sintáticas.

Arcaísmos e neologismos.

(...) Muito principalmente, porém, notamos na evolução da língua duas forças opostas que mantêm o equilíbrio da vida que lhe é própria: a tendência do *arcaísmo* e do *neologismo*.

Arcaísmo é todo vocábulo que existiu e desapareceu da língua.

Neologismo é o vocábulo criado ou importado de línguas estranhas na língua já constituída.

Apesar de João Ribeiro considerar o galicismo um vício de linguagem admite por analogia que do mesmo modo que o latim influenciou a educação dos espíritos do século XV e XVI, também o século XIX resulta da educação do povo pelo espírito francês. Assim, se a língua já está constituída, como aceitar o caráter evolutivo da língua sempre em movimento e se desestabilizando.. É por isso que se considera a sua atitude purista, em consonância com Mário Barreto (1955, p. 311):

Em matéria de galicismos, meu senhor, todos pecamos, porque os mamamos com leite. Ainda sabendo que são galicismos, eles

escorrem-nos pela pena sem darmos fé. Nem os escritores mais puros logram livrar-se do extenso contágio francês que nos rodeia.

Quanto aos neologismos assim se manifesta Mário Barreto:

Por desconhecerem os recursos da língua, os escritores medíocres criam neologismos, que são as mais das vezes *neologismos*, que são as mais das vezes *barbarismos*; não sabem o valor das palavras e cometem por isso as mais graves impropriedades (...) (Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa, 1980, p. 322)

Desse modo, para Mário Barreto neologismo é considerado barbarismo, isto é, pertence ao rol de “vícios” da linguagem.

Nos dias atuais, quanto aos vícios de linguagem, Bechara (2005, p. 598) menciona: *solecismo* como sendo erro de sintaxe (que abrange a concordância, a regência, a colocação e a má estruturação dos termos da oração) que a torna incompreensível, ou a inadequação, isto é, misturar variedade de uma língua à norma de outra variedade; geralmente, da norma coloquial ou popular para a norma exemplar; *barbarismo* como sendo erro no emprego de uma palavra, em oposição ao solecismo, que o é em referência à construção ou combinação de palavra. Inclui também o erro de pronúncia, de prosódia, de ortografia, de flexões, de significado, de palavras inexistentes na língua, de formação irregular de palavras e finalmente *estrangeirismo* que é o emprego de palavras, expressões e construções alheias ao idioma que a ele chegam por empréstimos tomados de outra língua. A respeito dos galicismos afirma:

Entre nós o repúdio ao francesismo ou galicismo nasceu da repulsa, aliás justa, dos portugueses aos excessos dos soldados de Junot quando Napoleão ordenou a invasão de Portugal. (*Moderna Gramática Portuguesa*, 2005, p. 599)

Quanto aos neologismos e arcaísmos, estes não são considerados vícios de linguagem pelo gramático Bechara, pois são vistos como fatos culturais relacionados à vida em sociedade, presentes nas necessidades da língua e, assim, afirma sobre o assunto:

As múltiplas atividades dos falantes no comércio da vida em sociedade favorecem a criação de palavras para atender às necessidades

culturais, científicas e da comunicação de um modo geral. As palavras que vêm ao encontro dessas necessidades renovadoras chamam-se *neologismos*, que têm, do lado oposto ao movimento criador, os *arcaísmos*, representados por palavras e expressões que, por diversas razões, saem de uso e acabam esquecidas por uma comunidade lingüística, embora permaneçam em comunidades conservadoras, ou lembrados em formações deles originados. (2005, p. 351)

Para o autor neologismo é apresentado no capítulo 2- *Formação de Palavras Do Ponto de Vista Constitucional* como sendo renovação do léxico por meio de criação de palavras. (2005, p. 351)

3.3.2 Cacofonia/eco na polêmica

Para se compreender, na polêmica, o tratamento de RB, na questão da cacofonia e eco, observa-se como RB menciona Machado de Assis entre outros autores brasileiros: *Machado de Assis, verdadeiro mestre, assim na elegância, como na vernaculidade, não se desdenha ao falar do mesmo jeito. Ainda hoje (creio eu) se podem ver no bairro de S. Cristóvão (Memórias Póstumas de Brás Cubas 3. ed., p.238)*⁷

RB observa, quanto ao excerto de Machado de Assis, o aspecto da eufonia, uma vez que a questão da pureza não estivesse cogitada, afirmando anteriormente *Como não é da pureza vernácula que se trata, senão da eufonia no escrever, podemos ir bater à porta dos estilistas mais recentes: dos Ramalhos e Eças. (...)*

E RB, retomando o mesmo pensamento disse: *Também o nosso Júlio Ribeiro não se expressava diversamente: O algodoeiro não se pode comparar com o de Sorocaba. (In: A Carne ,1902, p. 110) (Réplica, 1953, p.123)*

Gonçalves Dias é citado por RB, entre outros, para abonar as cacofonias que ECR atribui a RB:

Entre nós, Gonçalves Dias escreveu: ‘com novo’; João Lisboa: ‘do papa para’; Júlio Ribeiro: ‘honestíssima manipulação’. De quantos em Portugal e no Brasil, sob este aspecto, me foi dado examinar, o mais estreme de tal senão, é Machado de Assis, verdadeiro modelo da boa

⁷ Nota de rodapé de RB (Réplica, 1953, p.123)

linguagem, assim na correção, como no gosto. A ele mesmo contudo, e nas suas Poesias, cujo esmero desafia a mais exigente crítica, escapou, a págs. 347, 'aroma melhor' e, a págs. 263, 'ela ama'. (Réplica:165)

Novamente Machado de Assis é exemplificado por RB:

Tomem da melhor poesia, a de Machado de Assis, por exemplo, recitem-na a esse jeito, e vejam onde vai dar a leitura de trechos como estes; 'único em meio (Poesia, p. 43); 'sulco de um fundo' (p.173); 'único vento' (p.283) (...) (op. cit.:172)

Pode-se notar que, para RB, os escritores contemporâneos só eram convocados para confirmar questões de cacofonias e ecos e, a estes escritores, eram abonados "os deslizos" por se acharem copiosos exemplos nos clássicos. Leite (2006, p. 81) também confirma: - *Como se vê, para os puristas dessa fase, os escritores contemporâneos não foram modelos de perfeição, mesmo que ciosos usuários da norma européia.*

Examina-se a cacofonia, intrínseca **validade** na redação do seguinte Artigo⁸:

Art. 14 – As sucessões, legítima e testamentária, a ordem da vocação hereditária, os direitos dos herdeiros e a intrínseca **validade** das disposições, qualquer que seja a natureza dos bens e o país em que se achem, serão reguladas pela lei nacional do falecido, salvo o disposto neste Código sobre heranças vagas abertas no Brasil. (*Tréplica*, 1950, p. 84)

RB propõe emendar esse dispositivo por considerar a combinação das palavras *intrínseca validade* o *nec plus ultra* dos cacófatos, assim, inverte os termos para: *validade intrínseca*. Essa emenda foi de grande valia, porque corrigiu do *Projeto* um cacófato desagradável e isto sem prejuízo da elegância ou clareza da expressão.

RB observa que ECR, conhecedor profundo da gramática normativa, defendeu uma assonância dessa natureza, incluindo-a entre *os vícios de construção a que nem sempre pode fugir o escritor, por elegante e aprimorada que seja a sua linguagem.*

⁸ Artigo: cada uma das divisões, ordinalmente numeradas, de lei, decreto, código, etc. (Dicionário Aurélio,1986, p. 177)

RB, facilmente, evitou o cacófato, usando o simples recurso, que os gramáticos recomendam, da inversão dos termos que o produzem. *Há vários processos para evitar as cacofonias*, ensina Botelho de Amaral, *entre eles fácil é muitas vezes a inversão das palavras: gosto tonto – tonto gosto. (Dicionário de Dificuldades, s/d)*

ECR argumenta que RB, em suas páginas primorosas, também cometeu cacofonias. Justificar-se uma falta com outra falta é recurso que não se pode aceitar como razoável. Por isso, assim revida RB:

Dou-lhe que as houvesse perpetrado; mas, seguir-se-á daí que devesse ficar no Código a intrínseca validade? Poder-se-á que o meu substitutivo bem merecesse, perlavando o projeto de tão pasmosa desarmonia? Não. O que se seguiu era cortar sem piedade pelos meus cacófatos, se eles estivessem no mesmo substitutivo, mas cortar por eles, reconhecendo lealmente os do projeto e agradecendo-me o serviço prestado. (*Réplica*, p.159, v.II)

O filólogo Said Ali afirma em sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*⁹, 1964

CACOFONIA ou CACÓFATON é o encontro de sílabas em que a malícia descobre um novo termo com sentido torpe ou ridículo.

Repare-se hoje, com certo exagero, na cacofonia resultante da junção da sílaba terminal de um vocábulo com a palavra ou parte da palavra imediata.

Não se liga entretanto a menor importância à cacofonia quando esta se acha dentro de um mesmo vocábulo, sendo formada por algumas das suas sílabas componentes. O mal aqui é irremediável, pois que tais expressões não se dispensam, nem se substituem.

Muitas vezes parece a cacofonia menos ridícula do que a vontade de percebê-la.

Um dos exemplos de cacofonia mais conhecidos e citados é o seguinte começo de um soneto camoniano:

Alma minha gentil que te partiste (Camões)

A lição de Said Ali observa que, às vezes, é inevitável a cacofonia, uma vez que esta poderá ser encontrada dentro do próprio vocábulo; conforme o exemplo, a

⁹ 1ª edição s.d.

palavra ‘maracujá’ pode suscitar malícia na língua portuguesa do Brasil. No entanto, o nome desta fruta não tem substituto. Ainda sobre esse assunto aconselha Said Ali: *O estudante evite, sempre que puder, semelhantes combinações de palavras, assim como quaisquer outras de onde possam nascer uns longes de cacofonia, e não se preocupe com descobri-los nos outros.* (op. cit. 1964, p.224)

Examina-se a cacofonia **só pode** no seguinte Artigo:

Art. 4º - A lei **só pode** ser derogada ou revogada por outra lei posterior em contrário; mas a disposição especial posterior não revoga a geral anterior, nem a geral posterior revoga a especial anterior, senão quando a ela se referir para alterá-la, explícita ou implicitamente. (*Tréplica*, 1950, p. 84)

RB sugere a seguinte emenda: *Art. 4º - A lei só se revoga ou derroga por outra lei, mas a disposição especial não revoga a geral, nem a geral revoga a especial, senão quando a ela, ou ao seu assunto, se referir, alterando-a explícita ou implicitamente.*

ECR cala-se perante as correções atinentes aos termos redundantes, *posterior* e *em contrário*, correções evidentemente vantajosas porque ‘revogação e derrogação’ não podem deixar de ser atos posteriores e contrários aos anteriores. Com relação às outras emendas, assim as justifica RB:

A forma composta do particípio passado não é tão incisiva, nem diz bem como a do presente do indicativo ao processo da ação, que se está operando, se vai ou se pode operar. Depois, a versão por mim alvitrada evita o “só pode”, tão malsoante, e, contudo, tão reiterado no projeto, sem necessidade alguma.

ECR também não impugna a substituição da forma composta do particípio passado, embora gramaticalmente irrepreensível. Mas opõe restrições à censura feita à combinação **só pode**, que se lhe afigura inatacável: *Por que levar tão longe a finura do ouvido, quando a lição dos melhores exemplares de nossa língua nos está a trazer contínua essa combinação de sons, por vezes inevitável?*

Pode-se ver que RB não incrimina de modo formal a expressão ‘só pode’, o que seria excessivo rigor, uma vez que, no conjunto da frase, ela de tal modo se disfarça, que só orelhas hipersensíveis seriam capazes de senti-la ou refugá-la.

O exagero não deve ser o critério, pois nenhum escritor escaparia das cacofonias, até mesmo RB as cometeu. Prossegue RB a respeito dos clássicos:

Nem era só a delicadeza auditiva o que ainda se não desenvolvera, entre os nossos antigos escritores. Mal sensíveis à cacofonia, muitas vezes também nada o eram à decência na linguagem. Haja vista a espécie de juras, a que alude Fernão Lopes na Crônica de D. Fernando, capítulo 53, (...) (Réplica, p.161)

Ainda que RB criticasse as cacofonias dos antigos escritores, chamando-as de *velharias oportunas, no tocante a indelicadezas do escrever*, a autoridade clássica sempre pôde servir-se a escritores modernos. Nesse contexto, RB manifesta-se:

De mim direi, pois, ao meu velho mestre que recuso, no assunto, esses padrinhos, quando incursos em pecado manifesto contra as leis da harmonia da linguagem. Onde, no meu escrever, se verificarem as condições do cacófono, ofensa ao ouvido, à moral, ou ao bom gosto, não desejo me revelem; porque a mim mesmo, em o sentido, me não perdoarei.(Réplica, p.161)

De acordo com RB, a harmonia da linguagem é lei; em razão disso, nem os clássicos, seus melhores exemplos linguísticos, têm autoridade para infringi-la. É ofensa tão grave que diz: *me não perdoarei*.

ECR treplicando sobre o assunto reclama, dizendo ser RB tão exigente em relação às assonâncias, ecos, hiatos e cacofonias, que não encontra defeitos nas expressões *veículo claro, frouxo eco, as não, interpunha ela*, a qual lhe havia apontado, nem provavelmente julgaria malsoante a expressão *monroica para...* que está no seguinte tópico de suas *Cartas de Inglaterra: Examinar a doutrina monroica para adorar a Monroe?* (Tréplica, 1950, p.89)

ECR diz que RB esforça-se por provar que não há cacofonia nas expressões *veículo claro, lucro é ganho*. Assim justifica ECR sobre o ponto de vista da fonética:

A última sílaba do primeiro destes vocábulos soa *clu*, por ser o *u* que está depois do *c* uma vogal átona, e na pronúncia articular-se esta consoante dura com o *l*, *clu* e não *culo*. Unidas, portanto, as duas sílabas finais de *veículo* à primeira do adjetivo *claro*, o ouvido dá logo pela dissonância *clu cla*, muito semelhante ao mimologismo *clic-clac*, de que se usa o francês para imitar o estalo do mangual.

Toda a palavra exdrúxula, terminada em *culo*, *cula*, unindo-se a vocábulos que comecem pelo grupo consoante *cl*, junto a seja qual for a vogal, gera a cacofonia.(Tréplica, 1950, p.89)

Ambos os debatedores se tivessem pensado em termos de 'trava-línguas' teriam resolvido a contento o problema julgado por eles como cacofonia, o som *clu cla*. Porém ECR, preso ao conceito de onomatopéia, diz: *Não se pode, sem cair em cacologia dizer: cubículo claro, funículo claro, vesícula clara, que trazem aos ouvidos as dissonâncias clu-cla, cla-cla, sons tolerados como onomatopéias.(op. cit.)*

Algumas considerações podem ser depreendidas da discussão a respeito das cacofonias não apenas sob o ponto de vista gramatical. Tais são elas:

1)Sempre que possível inversão das palavras; *intrínseca validade por validade intrínseca*;

2)Observar frases ou expressões já de domínio no uso não só pela tradição como pelos modernos escritores, aceitando-as ou rechaçando-as quando o sistema linguístico assim o permitir;

3)Evitar combinações de palavras que possam gerar cacofonias, e não se preocupar em descobri-las nos outros.

Examina-se o eco **ão** no seguinte artigo:

Art. 10 - Os móveis, cuja situação for mudada na pendência de ação real sobre eles, continuam sujeitos à lei da situação que tinham no início da mesma ação.

Diante disto, RB sugere a seguinte emenda:

Os móveis, cuja situação se mudar na pendência de ação real a seu respeito, continuam sujeitos à lei da situação, que tinham no começo da lide. (*Parecer*, 1949, p.29)

ECR referindo-se à exigência com que RB, em outras ocasiões lhe censura os ecos, as assonâncias, e os cacófatoss, adverte que igualmente *ele não se lava de cair no mesmo vício de harmonia de que argúi* a redação do Código, deixando que nele ficassem três palavras com a mesma desagradável desinência.

RB continua e responde: - *Não nos parece que tamanho mal venha desses vocábulos, quando, por tal arte empregados, que evitam retumbâncias malsoantes.*

ECR ao tratar do vício de linguagem conhecido por eco, assim o exemplifica: *Coração são de paixões*. (Serões Gramaticais, 1919, p.759) Neste excerto, o eco é motivado pela proximidade dos termos em *ão*. O termo *paixões* não é considerado eco, por estar distante do termo *ão*. Após mencionar o eco no excerto, ECR menciona outro exemplo, em que o eco é resultante não mais da vizinhança das mesmas finais, mas da sequência em consonância ou rima:

Lançar habilidosamente mão, entre um sem número de razões que resolvem a condenação, da que com o auxílio de uma interpretação vem a favorecer de perdão, talento é superior e sempre digno da nossa admiração. (J. R. de Villalobos e Vasconcellos, cit. Por A. F. Barata). (op. cit.)

Na visão de João Ribeiro, nem sempre a concorrência de sons iguais ocasiona o eco ou o cacófono, que também depende da pausa, do acento vocabular e oracional. Das emendas aos artigos 11, 12 e 13, ECR silencia-se, pelo fato de ter aceitado as correções de RB, sobre o tema *eco*.

Convém ressaltar que eco é, também, uma proposta de estudo aos professores, do Estado de São Paulo, juntamente com os alunos da rede estadual, que receberam, no ano de 2009, ‘cadernos’ apostilados, intitulados: – *São Paulo faz escola* – uma proposta curricular para o estado. Este estudo objetiva desenvolver cinco competências básicas, propostas pelo ENEM, que alicerçam o Projeto Curricular e dentre estas destacam: - Dominar a norma culta da língua portuguesa e fazer uso adequado da linguagem verbal, de acordo com os diferentes campos de atividade. (*Caderno do professor*, Ensino Médio, 3ª série, vol. 1, 2009, p.8)

Este Caderno apresenta na página 13, em sua atividade 2, o ‘gênero bilhete’ propondo o seguinte exercício:

(...) Embora o bilhete seja um gênero que não exige grande rigor no uso da norma-padrão, a relação com o destinatário requer tratamento mais formal da mensagem. Proponha que os grupos reescrevam o texto resolvendo os problemas que ele apresenta no que respeita: a) adequação ortográfica; b) concordância verbal e nominal; c) uso dos numerais como elementos de coesão; d) formalidade; e) **eco**: repetição (desnecessária) do final de palavras. Ex.: o inconveniente reticente.

Esta atividade sugere quanto ao assunto eco, o seguinte questionamento: - O texto apresenta ecos desnecessários. Como resolvê-los? Trata-se de uma proposta do Caderno de atividades para os alunos.

Passados cem anos em que esse tema causou tanta polêmica entre os contendores, julga-se, totalmente reabilitado, em pleno século XXI, como proposta de atividade do *Caderno do Professor*, Ensino Médio, 3ª série, vol. 1, 2009, p.8.

3.3.3 Arcaísmo, neologismo e estrangeirismo

A respeito dos vícios de linguagem propostos, neste estudo, apontam-se alguns aspectos sobre estrangeirismos, discutidos por ECR e RB tanto na *Tréplica* quanto na *Réplica*. O uso de palavras e expressões que esses debatedores apresentavam, como vícios de linguagem, destoava da prática dos próprios polemistas. As querelas embatidas sobre os estrangeirismos e arcaísmos, ocorridas entre os contendores, não ficaram muitas vezes restritas a eles, houve, também, reação do crítico José Veríssimo que escreveu por meio do ensaio *Uma Lição de Português* ser RB, purista e arcaico no seu modo de escrever. (1969, p.108)

ECR, também, procura defender-se das acusações feitas por RB, sobre os vícios de linguagem em seus trabalhos gramaticais, tais como: *Serões Gramaticais* e *Gramática Filosófica*. O estrangeirismo priorizado, na época, foi o galicismo, devido ao afrancesamento por que passava a capital do Rio de Janeiro, já visto no capítulo II. Nesse contexto, ECR, esclarece :

De todas as línguas de procedência latina é, como se sabe, o francês que mais tem concorrido para opulentar o vocabulário de nossa língua, já estudada na primeira fase de sua existência, já considerada nos períodos ulteriores de seu desenvolvimento. (Tréplica, p.762)

Neste cenário, para o autor, ECR, os fatos linguísticos não combinavam com a prática. Logo, diante dos termos advindos do francês, ECR mantinha postura ambígua. Analisando sob o ponto de vista histórico, devido à língua francesa e a portuguesa terem a mesma origem latina, o autor toma uma postura de aquiescência, uma vez que são implícitas ou explicitamente que estes termos entram na língua pela necessidade do uso por fatores culturais, sociais e históricos,

independentes da interferência de estudiosos a respeito do assunto. Afirma, também, que os escritores desde os mais antigos, fornecem razoável soma de exemplos de palavras em desuso, que são galicismos ou estrangeirismos e destes muitos vieram com a antiga monarquia. Reconhece traços de arcaísmos e francesias no léxico português, com o qual concorda RB, texto abaixo:

ECR, prosseguindo seus comentários, elenca palavras e expressões arcaicas de procedência francesa, usadas por escritores antigos. São exemplos:

- a) potagem, na acepção de caldo, sopa, legumes;
- b) cachar, cacha, cachado, no significado de esconder, dissimulação, fingimento, oculto;
- c) tilhá, tilha, por toldo, embarcação
- d) esqueença, por sorte, lance feliz, boa fortuna;
- e) prasmal, blasmo, por vituperar censurar, repreender;
- f) froto ou em froto, por a nado, do francês à flot, ou do italiano a frotta, in frotta;
- g) à causa de, em vez de por causa de, por amor de;
- h) à condição que, à condição de, por com a condição (*Tréplica*, p.764-5)

Recorda-se que arcaísmos são palavras, formas ou expressões antigas, que estão em desuso. Basta consultar textos de escritores antigos, e logo se encontra uma série de palavras e expressões, que hoje são desconhecidas. O processo de arcaização dos termos é esclarecido, assim, por Darmesteter:

Uma geração de homens, num dado momento, começa a abandonar tal palavra, representando por outra idéia que ela designa; a geração seguinte conhecê-la-á ainda menos, e virá um instante em que ela já não será conhecida senão dos velhos, que, dentro em pouco, a levarão consigo, para o túmulo. (*La vie des Mots*, 1927, p.170)

A finalidade de quem escreve para o público é ser compreendido por tal público. E, é nesse ponto que o escritor e jornalista José Veríssimo reclama da postura linguística de RB dizendo: (...) *o seu muitas vezes mal inspirado gosto de arcaísmo e de expressões obsoletas* (...) (*Obras completas* de Rui Barbosa, 1969, p.108). Prosseguindo, José Veríssimo afirma:

Não exige o sr. Rui Barbosa somente correção gramatical e a vernaculidade, no que está com a boa razão; além da elegância

literária, que a lei acaso poderia dispensar, se bem seja bom que a tenha, quer dar-lhe também o cunho do mais escrupuloso purismo, principalmente na construção indireta, em virtude do preconceito de que a lídima forma vernácula na nossa língua é a indireta (...) o que a língua portuguesa moderna (...) de Eça de Queiros desmente; na severa intransigência com que refuga todo neologismo e se apegua às acepções como quer que seja anacrônicas de um dicionarista do século XVIII, Bluteau, a cada passo chamado em abono das suas emendas.

Assim, RB fala sobre arcaísmos:

O gosto da antiguidade levado ao arcaísmo, isto é, a mania de rejuvenescer inutilmente formas anacrônicas, ininteligíveis ao ouvido comum na época em que se exumam com o vão intuito de as modernizar, avulta entre os mais ridículos e insensatos vícios do estilo, no falar idiomas vivos. (Réplica, p.397)

Arcaísmos

Examina-se o arcaísmo **perdente** no seguinte artigo 1479:

Mas não se pode recobrar a quantia que voluntariamente se pagou, salvo se foi ganha por dolo, ou se o perdente é menor, ou interdito. (Lg. Obs., 1957, p.7)

A propósito da palavra **perdente**, que RB empregara na emenda ao artigo 1479, ECR faz o seguinte comentário:

Perdente é outro vocábulo obsoleto, que o dr Rui procura reviver, quando emendando o art. 1479, diz:

Explica-se RB, dizendo que Cândido Figueiredo registra o vocabulário, anotando-lhe de 'pouco usado'. Relaciona, em seguida, analogia com outros adjetivos em *-nte*, como *temente*, *proponente*, *remetente*, *descrente*, *regente*, adjetivos esses, que se acham em pleno uso em nossa língua. (Réplica, 1953, p.217)

ECR não concorda com RB, lembrando que os adjetivos acatados por RB estão consignados em nossos léxicos, ao passo que perdente só Cândido Figueiredo apresenta, mesmo assim com um único excerto de Alberto Pimentel. E questiona: *Por que não apresentou o ilustre autor da Réplica um exemplo sequer, que lhe autorizasse o emprego?* (Tréplica, 1950, p. 725)

De qualquer modo, o adjetivo *perdente*, permaneceu no Código Civil.

Este estudo sobre o arcaísmo, *perdente* está direcionado para os argumentos dos debatedores RB e ECR. Enquanto RB argumenta que o vocábulo *perdente* está registrado no dicionário de Cândido Figueiredo como “pouco usado” e não apresenta exemplo colhido *que lhe autorizasse o emprego*, seu argumento torna-se fraco, pois o que era válido para RB e ECR eram exemplos de bons escritores que abonariam o uso. Assim, implicitamente, RB caiu em um sofisma, pois não apresentou um exemplo sequer do uso da palavra *perdente* deitando-lhe os argumentos por terra.

Examina-se o arcaísmo **conteúdo**¹⁰:

A respeito dos comentários do art. 1670 do *Projeto*, assim se expressa RB: *Do artigo 1.670, portanto, se deve elidir a última oração, que, sobre suscitar uma idéia errônea, não faz menor falta ao preceito ali conteúdo.*

ECR estranha o emprego do vocábulo **conteúdo** como adjetivo, advertindo, que se **conteúdo** conservou na língua como substantivo; mas como adjetivo, no sentido de *contido, usado até o séc.XV, desapareceram de todo em todo do vocabulário de nossa língua.* (Ribeiro, 1957, p.76), RB responde:

Pouco importa que se antiquassem pelo geral os adjetivos em *udo*: *teúdo, recebudo, cabeçudo, reteúdo.*

Se assim lhes sobrevivem *teúdo* e *manteúdo*, como reconheceu o mestre, não era de estranhar sobrevivesse, com esses, o adjetivo *conteúdo*. E, de feito, sobrevive. Quer o dicionário contemporâneo de Aulete, quer o de Figueiredo, onde os vocábulos antiquados trazem invariavelmente indicação de tais, registram, sem nota de *obsoleto*, ou sequer de *pouco usado*, também ali, esse adjetivo.

RB menciona, em seguida, um exemplo de Antônio Castilho, declarando que, se *lhe sobrasse lazer para escavações, poderia mostrar exemplos análogos em Camilo, onde tinha em retentiva que já os havia encontrado.* (*Réplica, tomo III, 1953, p.215*). ECR treplica explicando: *Teúdo e manteúdo conservara-se na expressão forense: mulher teúda e manteúda; deste ultimo adjetivo usam ainda nossos camponeses na locução cavalo manteúdo, bem manteúdo.*

¹⁰conteúdo: não está na linguagem do projeto, apenas nos comentários de RB

ECR dizendo que esse termo *conteúdo* é de uso corrente e que exprime a mesma idéia do adjetivo *contido*, sendo por este suplantado. Chama em seguida a voz de Adolfo Coelho para dar-lhe mais autoridade:

“No português moderno”, referindo-se às formas participiais antigas em uso, diz Adolfo Coelho, em sua Teoria da Conjugação, “conservam-se dessas formas apenas teúda e manteúda (na fórmula conhecida) e conteúdo substantivo”. (Teoria da Conjugação, p.130)

Examina-se o arcaísmo **lídimo**¹¹ no seguinte fragmento:

Lídimo por legítimo – escreve o prof. ECR – é igualmente empregado pelo ilustre dr. Rui. Entretanto já era antiquado no tempo de Duarte Nunes Leão, achando-se exemplos nas Ordenações Manuelinas, nos Inéditos de Alcobaça, na Monarquia Lusitana e em João de Barros, nas passagens seguintes:

“Ao maior seu filho lídimo”. (Mon. Lusit.)

“Legítimo por seguinte matrimônio é perfeitamente lídimo”. (Ord. Manuelinas)

“Por leixar dois filhos lídimos”. (Barros).

“Vós matastes os filhos de Gedeon lídimos”. (Inéd. Alc.) (Lig. Obs., p. 86)

Responde RB:

(...) mas coisa mais de rir ainda temos; e vem a ser que, enquanto nos aponta o contacto com as Décadas de Barros e a Monarquia Lusitana de Brito como documento do arcaísmo de Lídimo, com esses mesmos autores e outros ainda mais remotos, como Rui de Pina e Garcia de Resende, muitas outras vezes neste mesmo trabalho, forceja de mostrar a legitimidade atual de outras locuções. (Réplica, 1953, p. 219-220)

RB observa que o fato de haver Duarte Nunes de Leão designado a palavra lídimo como obsoleta, razão não há para recusá-la, uma vez que no mesmo rol de velharias, e de envolta com lídimo, figuram inúmeros outros vocábulos, *tão lustrosos hoje em dia, como se acabassem de nascer*.

¹¹ Não estava na linguagem do *Projeto*, mas apenas em comentários de inteira responsabilidade de RB.

Relembra que a locução adverbial *de feição*, empregada por ECR no *Projeto*, é autorizada por Morais, mas com exemplos de João de Barros, autor com quem o emérito professor documenta a vetustez de *lídimo*.

Sustenta ainda RB que o vocábulo *lídimo* é grave, isto é, paroxítono.

E não há por que o façamos. Além do mais é uma palavra notavelmente prestadia pela sua bem-asonância e energia. Em legítimo, o vigor da idéia como que se entibia, resvalando prestemente ao correr da expressão proparoxítona.

Lidimo nos proporciona, para a enunciação do mesmo pensamento, um vocábulo grave, onde a voz, acentuando-se na penúltima sílaba em uma vogal vibrante como o i, nos deixa outra impressão de vigor

Ainda acrescenta nota de rodapé. *Aliás uma autoridade como a de C. de Figueiredo nos dá por esdrúxulo esse termo. Lembro-me, porém, de tê-lo ouvido pronunciar sempre, entre os velhos, com o acento na penúltima.* E, assim, o acentua João de Deus. (Dicion. Prosódico, ed. 1895, p. 553).

ECR responde em sua Tréplica: (1956, p. 729): *Considerar a palavra lídimo um vocábulo grave, como pensa o Dr. Ruy Barbosa, é atentar flagrantemente contra as regras da fonologia.*

Justifica dizendo que a questão está ligada ao sufixo *-imus*, e assim explica:

Sendo a palavra *lídimo* formada do vocábulo latino *legitimus*, do modo como dissemos, não pode ter acento senão na antepenúltima, onde existe o acento no vocábulo latino, de que procede; nem há palavra alguma em português cujo sufixo tenha origem no superlativo *imus*, a um, que não seja proparoxítona.

Neologismo

Examina-se o neologismo direito **autoral**¹² presente no art. 657 do *Projeto*. RB não aceitou o neologismo por considerá-lo desnecessário, apontando as seguintes razões:

- 1º) que daria abertura às mais extravagantes imitações;
- 2º) que não é abonada pelo uso de um só escritor de valia;
- 3º) que a novidade é supérflua;

¹² O art. 657 não foi transcrito em nenhuma das obras de ambos os autores, RB e ECR, somente mencionado em suas discussões.

4º) que é preciso ser necessário como expressão de beleza, precisão, graça ou energia;

5º) que nenhuma língua a perfilhou até hoje, não a tendo aceitado o próprio inglês;

6º) que não se apresenta em um ato legislativo brasileiro; estando longe de constituir *carta de crença* ante o vocabulário do *nosso idioma*. (*Réplica*, 1953, p. 185-6)

ECR replica nas *Ligeiras Observações* (1957, p. 72) que não havia razão para rejeitar tanto esse adjetivo e, às razões de seu debatedor, opõe:

1º) que o neologismo está bem formado, uma vez que se mantém os princípios da analogia, pois, assim como de pastor se fez em nossa língua o adjetivo *pastoral*; de professor, *professoral*; de doutor, *doutoral*; de reitor, *reitoral* etc. , não é de estranhar que de autor se forme *autoral*, cujos elementos mórficos derivam do latim;

2º) que o vocábulo já é admitido na legislação brasileira, não se justificando, assim, que se lhe tranquem as portas, impedindo a sua introdução no vocabulário;

3º) que não sendo de necessidade indispensável para externar o pensamento, é contudo para variá-lo; e que se prevalecesse o argumento da necessidade imprescindível, teríamos de retirar do vocabulário todas as palavras sinônimas, o que seria um prejuízo para a língua que perderia muito seus variados matizes, estilo, vigor e colorido;

4º) que não é verdade que nenhuma língua perfilhou, até hoje, o adjetivo *autoral*, não o tendo o próprio inglês. (*Tréplica*, 1956, p. 675-6)

ECR argumenta : Abra o Dr. Rui o *Webster's International Dictionary of the English Language*, ed. De 1902, e encontrará o adjetivo *authorial* definido por – *of or pertaining to an author*. Reforçando seus argumentos ECR menciona ainda o dicionário de James A. H. Murray, o *Century Dictionary* de William Dwight Whitney e *Comprehensive English Dictionary* de John Ogilvie.

Explica ECR que, sendo o sufixo *-ial* o mesmo que *al*, da mesma fonte, e modificando do mesmo modo o sentido do radical, não é de se estranhar que o substantivo *autor* se forme *autoral*, cujos elementos mórficos derivam do latim.

ECR cita dez exemplos de Latino Coelho e um de Alexandre Herculano apresentando os adjetivos terminados em –al e –ial; pastoral, professoral, doutoral, senhorial, inquisitorial e eleitoral.

Deste modo, mesmo considerando o vocábulo *autor*, um neologismo, o importante para ECR era que este neologismo estava de acordo com os princípios da boa analogia.

Em razão disto, pode-se afirmar que o pensamento purista em relação aos *neologismos* foi uma questão controversa em torno da língua. Aos escritores era permitido serem mediadores da ‘porta de entrada’ dos *neologismos* na língua escrita. Na época de RB e ECR, os escritores eram considerados os guardiões da vernaculidade, portanto, cabia-lhes a obrigação de refinar as características da fala popular, peculiaridades de sabor folclórico e sinônimo de ignorância da língua, como pretendiam RB e João Ribeiro. Talvez o povo sequer se manifestasse a respeito dessas opiniões, porque poucos eram alfabetizados. Assim, as discussões sobre a língua ficavam na roda dos intelectuais: jornalistas, literatos, filólogos, juristas, etc.

Leite (2006, p.86), em seus estudos, aponta mais um trecho de RB sobre neologismos:

Bem sei que depois, adindo à sucessão de Chateaubriand e de Balzac, os grandes inovadores, vieram os Goncourts, os Daudets, os Baudelaires, os Banvilles, os Zolas, os impressionistas, os naturalistas, os realistas, os simbolistas, e a anglomania, e a ciência, e a tribuna, e a imprensa, imaginando, forjando, engendrando, importando, amalgamando, tumultuando, carreando, golfando, para o vocabulário, para a sintaxe, para a rua, para as letras, para a especulação, para o trabalho, para a vida, uma torrente de formas inesperadas, cambiantes, revolucionárias, que desbordam o léxico, embatem a sintaxe, e deixam em caminho a barreira das tradições, como os rochedos que o rio desapoderado açoita, e abandona borbotando.

É, todavia, aos preservadores e mineiros da tradição como Flaubert que se agradece o haverem ‘aumentado a força, a resistência do idioma, recuando a vitória da barbaria’. Se a um jurisconsulto, porém, ciente das responsabilidades de sua missão ali pedissem a matéria, onde se inscreve a epigرافia dos códigos civis, não a iria buscar à área inconstante das aluviões: teria de pedi-la ao mármore daquelas canteiras impolutas, onde Renan, ‘o quase único’, talhava na pureza

das formas consagradas as finas linhas do seu pensamento. (Réplica, p. 391-2 v. III)

Aqui, nesse trecho, Leite (idem) sustenta a força do uso da língua, isenta da tradição. Balzac, Baudelaire ou Zola são os exemplos que rompem com a tradição, transportando a linguagem das ruas para a literatura em um movimento de vai e volta, deixando perplexos os ortodoxos, que repelem e pensam como Rui: *neologismos só os aceitamos se talhados sob molde vernáculo, se forem de extrema necessidade na língua. Sem que, devem ser desobrigados.*

Reafirma-se, finalmente, que o purismo exercido por RB e ECR é decorrente da concepção de língua adotada por ambos. Ainda, comparando-se ao seu debatedor, RB diz a respeito da criação das neologias: *Estávamos, portanto, de acordo nos princípios onde o não estávamos era na aplicação.*

Para melhor compreender a atitude de purismo de RB e ECR, examina-se o que afirma Câmara Jr. (1978, p. 202):

PURISMO – Atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí, a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva. A linguística ora vê o purismo literário com desconfiança, como um elemento de perturbação no manuseio espontâneo da língua (como acontece com a escola lingüística norte-americana), ora aconselha <<um purismo inteligente, adaptado às evoluções necessárias>> (Dauzat, 1930,8) (como é a orientação das escolas francesa, italiana e espanhola modernas).

Visto assim, os conceitos dados por Câmara Jr. (1978) demonstram que o purismo também para a Linguística é um fenômeno ligado preferencialmente à norma culta escrita.

Nesse sentido Bechara (2006, p.52) afirma:

Cabe a gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como

modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social.

A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.

Toma-se assim como exemplo o trabalho de RB e ECR sobre o Código Civil no que diz respeito a uma norma, isto é, designado aqui por norma da língua escrita, tendo como origem dessa norma a portuguesa, e não a brasileira. Desse modo Ilari e Basso (2006, p. 240) afirmam:

(...) a norma linguística culta que vigora hoje no Brasil (...) constituiu-se entre os séculos XVIII e XX, com base na norma culta lusitana, preservada graças ao trabalho de uma elite de tradição jurídica, retórica e literária e traduzida pelos gramáticos num conjunto de regras que visam, acima de tudo, a evitar a interferência do vernáculo. Como ilustra o caso exemplar de Rui Barbosa, essa norma usa como trunfo a abonação dos escritores portugueses antigos, mesmo quando invoca o uso corrente.

Galicismo

Examina-se o galicismo **agir** no artigo 1297 do *Projeto*:

O mandatário que exceder os poderes do mandato ou *agir* contra eles, será considerado gestor de negócios, até que seus atos sejam ratificados pelo mandante.

RB impugna o emprego do verbo agir ao art. 1297 do *Projeto*, considerando ser o francês *agir*, que se quer apadrinhar com o latino *agere*.

Enumeram-se a seguir os argumentos impugnados por RB:

- não nega afinidades analógicas ao verbo agir;
- nega a necessidade, a utilidade desse verbo, pois esses itens são essenciais em filologia;
- afirma que inundar uma língua de neologias inúteis não é melhorá-la, mas corrompê-la;
- assegura que a língua dispõe para o mesmo efeito de outros verbos, tais como: fazer, andar, obrar, operar, atuar, proceder, portar-se, comportar-se, haver-se.

Em seguida RB cita inúmeros exemplos de diversos autores, ou seja, Vieira, Bernardes, Arrais, Garrett, Castilho, Eça de Queirós, J. F. Lisboa, Camilo C. Branco entre outros.

Ainda em nota de rodapé cita Bluteau que registra *haver-se* como sinônimo de portar-se, obrar, com as equivalências latinas de *agere*, de *gerere*. E continua ainda em nota de rodapé observando que a autoridade de Cândido de Figueiredo afirma havê-lo encontrado mais de uma vez nos quinhentistas. Não duvida de C. Figueiredo, porém diz nunca ter deparado com esses exemplos nos clássicos, isto é, o emprego do verbo agir.

RB assegura que *no Brasil, o agir hoje está para tudo* e que esse verbo substitui esses *nove ou dez verbos de gosto e propriedade no dizer*.

RB diz que o *agir* é uma palavra chocha, enfezada, insignificativa, pois não exprime ação coma sua amplitude, a sua variedade, a sua beleza, a sua força, como atuar, obrar, operar, proceder, pois nestes domina o som franco, rasgado enérgico do *o* e do *a*, em que *se expressa a alegria e a grandeza*. São as vozes que *correspondem ao movimento, à deliberação, à ação*; ao passo que o *i*, predominante em *agir*, desperta as *ideias de tristeza e pequenez*. (Castilho. *Metrificação*, p. 63)

RB diz também que no *agir temos apenas um verbo de significação intransitiva e completa o seu argumento* :

No aferir dos bons vocábulos a verdadeira pedra de toque está no exemplo dos mestres. Não sei, porém, de nenhum desses, que chancele o *agir*. Por fiadores seus mal conseguiu Bellegarde reunir os nomes de Batista Caetano e Teixeira Mendes, homens de muitas letras, mas sem opinião de escritores. Acresce que deles só o primeiro tem autoridade em filologia. Dos clássicos portugueses, até Castilho, Rebêlo da Silva e Camilo, nenhum conheceu o *agir*. Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Oliveira Martins sem ele passaram; e, entre nós, creio que Machado de Assis não o empregou jamais. Que falta nos faz, portanto, esse neologismo? Que considerações o recomendam? (Réplica, 1953, p. 140)

ECR treplica e argumenta que o verbo *agir* não é de uso freqüente entre os clássicos, porém esse verbo é de origem latina tendo o francês a mesma forma ECR continua:

Se os derivados coagir, reagir, retroagir, transigir, exigir, redigir, corrigir se filiam todos no verbo latino agere, porque o simples agir, pouco usado embora, se lhe deve atribuir como procedência o francês agir, reputado filtro por onde passou o agere, latino, para o produzir em francês?

Se dizemos ação e reação, porque refugar por incorreto o dizer agir e reagir, age e reage, agindo e reagindo? (Tréplica, 1956, p. 625)

Recorda ECR que os dicionários de Morais, Adolfo Coelho, Dom. Vieira, além de outros, espanhóis e italianos, registram esse vocábulo com a acepção jurídica de *obrar ou praticar na qualidade de agente*.

ECR cita a seguir um exemplo de Cândido de Figueiredo: *Estabelecendo-se uma relação de vozes, agindo e reagindo umas sobre as outras*.

ECR estranha que RB tenha se escudado na grande autoridade de A. F. de Castilho para reputar as vozes *o* e *a* como as que se manifestam os sentimentos da alegria e da grandeza, que essas mesmas vozes correspondam ao movimento, à deliberação, `a ação, ao passo que o *i* desperta tristeza e pequenez?

Assegura ainda ECR que não há ciência moderna onde tais idéias achem guarida. Mas que alegria e grandeza traduzirão os vocábulos, cova, cava, pesar, morno, mocho, coxo, nojo, choco, choro, bolor, etc? E complementa: a vogal *i* desperta as idéias de tristeza e pequenez!? E os vocábulos espírito, divino, tino, siso, vida, sim, também, despertariam tristeza e pequenez? (Tréplica, 1956, p. 627)

O estudo feito por RB como sendo o verbo agir neologismo, isto é, palavra não formada por boa analogia impediu-lhe de aceitá-la, assim deu motivo a que fosse evitada. Porém Cândido de Figueiredo deste modo se manifesta sobre o *agir* :

A autoridade e o saber do Sr. Rui Barbosa, merecem o mais alto respeito; mas, sendo a língua portuguesa campo de numerosas divergências , pode ser que eu alguma vez hesite perante o conceito do abalizado escritor.

Assim é que agir não parece galicismo estreme. Tem boa derivação latina, está generalizado no Brasil, já tem sido usado em Portugal por escritores de nomeada, como Tomás Ribeiro, e por juriconsultos; e tem vantagens práticas na substituição de obrar. (*Falar e Escrever*, II, p. 204, cap. CIXVIII, 3 ed. 1926)

Deste modo aponta-se que tanto para RB quanto para ECR o que importava era a boa formação da palavra, isto é, a procedência deveria ser do latim direto para o português. Porém, ECR não deixa muito esclarecida sua posição perante o verbo *agir* quando diz : *se dizemos ação e reação, porque refugar por incorreto o dizer agir e reagir, age e reage, agindo e reagindo?* (Tréplica, 1956, p., 625)

3.4 Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro: uma concepção de língua

Estuda-se, neste item como ECR e RB concebiam a língua, para entender a posição adotada por ambos, em seus trabalhos. Para tanto, observa-se que ECR, em seus estudos, reconhece a necessidade de neologismos, como fator de enriquecimento, sem o que a língua estacionaria. Assim diz:

Se as línguas, diz J. F. Castilho, são de seu natural mutáveis, escididas, perfectíveis, como se demonstra que são, e se a prova que não podiam deixar de ser; e se, por outra parte, se está vendo que, pelos mútuos empréstimos, cada vez mais francos, a maior parte delas tendem a se irmanar, até que algum dia, talvez depois de séculos, talvez depois de milhares de anos, se venham a fundir em uma só; o exclusivismo de nacionalidade, o puritanismo, a vernaculidade escrupulosa e ciumenta, deverão ser enjeitados por quimeras, por sonhos de estacionários ou retrógrados e atentados contra o progresso; mas tão impotentes e fúteis, que basta o surdo correr das idades para os afogar e confundir. E se, conforme pensa o douto Latino Coelho, “o idioma de cada período, reputado clássico, não pode servir à expressão do pensamento na época seguinte da história literária, se Fr. Luiz de Souza não sabe já pensar com o vocabulário de Castanheda, nem Bernardes se acomoda com o português, já deficiente, de Heitor Pinto, como é que nós, os homens de um século riquíssimo de noções desconhecidas aos nossos avoengos, havemos de condenar-nos, em nome de um purismo intolerante, a constringer os nossos movimentos intelectuais no leito de Procusto de uma linguagem sacerdotal e imobilizada?” (1957, p.16)

Após tecer essas afirmações, ECR passa a analisar e a contrapor-se às emendas propostas por RB no *Parecer* a suas emendas ao Projeto. A querela gramatical em decorrência dos supostos “erros de português”, que ambos

discutiram, quando propuseram alterações ao texto do *Projeto do Código Civil*, e a argumentação sobre as questões levantadas são baseadas no exemplo dos clássicos portugueses. Embora ECR afirme e adote como bons exemplos os clássicos, na polêmica gramatical, procura ajustar-se ao pensamento de seu século, pois assim prossegue em seu *Serões Gramaticais*;

O último período da história literária da língua portuguesa é o que pode chamar-se período histórico. O estudo da língua, abandonando as velhas usanças da gramática tradicional, impulsionado pela nova orientação que a essa província dos conhecimentos humanos deram os escritores alemães, entra numa trilha até então desconhecida, tomando as investigações lingüísticas feição inteiramente histórica, encontrando-se no estudo comparativo do passado deste ou daquele grupo de línguas a razão do fato aparentemente anômalo dos idiomas congêneres, prendendo-se por leis fonéticas certas e invariáveis a explicação de formas novas a outras já conhecidas, e manifestando-se nessa marcha evolutiva das línguas que todas elas nascem, crescem, medram, decaem, definham e morrem que são, em suma, verdadeiros organismos vivos. (op. cit. 1919, p. 184)

O impasse entre a preservação do modelo, que é considerado ponto de pureza e perfeição e o bom dizer estabelecem uma contradição com o período contemporâneo a ECR, que diz serem as línguas “organismos vivos”. Logo, passíveis de perecerem. Como preservar aquilo que perece? Baseando-se no chamado modelo clássico, provavelmente, “o bom dizer”, “o ponto de pureza” estaria salvo. É por isso que ECR admite os neologismos, desde que *bem formados*, isto é, o passado da palavra deverá ser investigado, para que se confirme sua “pureza”. Assim, o autor afirma : - *Temos, logo, razão de dizer: o purismo exagerado, intransigente, é impossível, perante o estudo histórico das línguas.* (1957:81)

Observa-se, também, o que diz o autor da *Réplica, RB*, sobre o tema em resposta dada ao crítico José Veríssimo, que o chamou de purista:

Na argüição, que me faz, de purismo e tendência ao gosto arcaico, há injustiça, que suposto rebatida pelo simples aspecto de todos os meus escritos, demandava aqui exame, atenta a ocasião, da censura, que me irroga a propósito da forma por mim dada ao substitutivo. Não sou dos que precisam de ser catequizados à verdade científica da evolução dos

idiomas. Meu trato dos antigos escritores não me levou ao fetichismo da antiguidade vernácula, não me converteu em amouco dos vícios do classicismo, não me divorciou dos estudos hodiernos sobre as leis da vida orgânica nas línguas. Conheço, graças a Deus, tão bem, a este respeito, os escritos dos Littrés, dos Renans, dos Bréals, dos Brachets, dos Whitneys, como os dos Bluteaus, o dos Sousas, os dos Bernardes, os dos Vieiras, os dos Castilhos, os dos Herculanos. Usado a buscar nas fontes antigas os veios preciosos do oiro fino, que elas escondem ao modernismo pretensioso e ignaro, amo e uso também a linguagem do meu tempo, esforçando-me, entretanto, por evitar os defeitos. (*Réplica*, p. 91-2)

Respondendo a Veríssimo, RB replica, também, a ECR, quando aborda o evolucionismo das línguas. Não aceita o epíteto de purista, mas, é dialético, isto é, tem argumentos, quando diz amar a linguagem de seu tempo, esforçando-se por lhe evitar os defeitos. Procura conciliar o novo com o antigo, porém na prática tanto ele quanto ECR não percebem que discursam uma coisa e praticam outra.

Constata-se na discussão gramatical de ambos os autores, os argumentos de autoridade invocados por autores antigos, clássicos ou modernos para lhes respaldar com maior eficácia suas teses. É sabido que para a retórica o argumento de autoridade é baseado no argumento de prestígio, o qual segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 348) utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese. Desse modo os autores afirmam:

As autoridades invocadas são muito variáveis, ora será “o parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome.

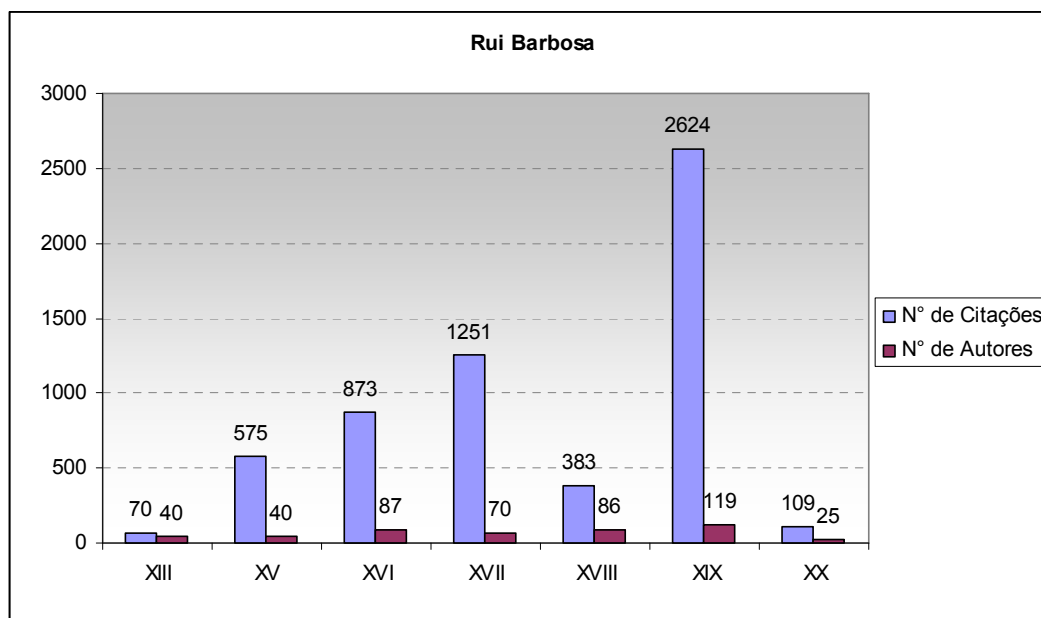
O mais das vezes o argumento de autoridade, em vez de constituir a única prova, vem completar uma rica argumentação. Constata-se então que uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores. (2005, p. 350)

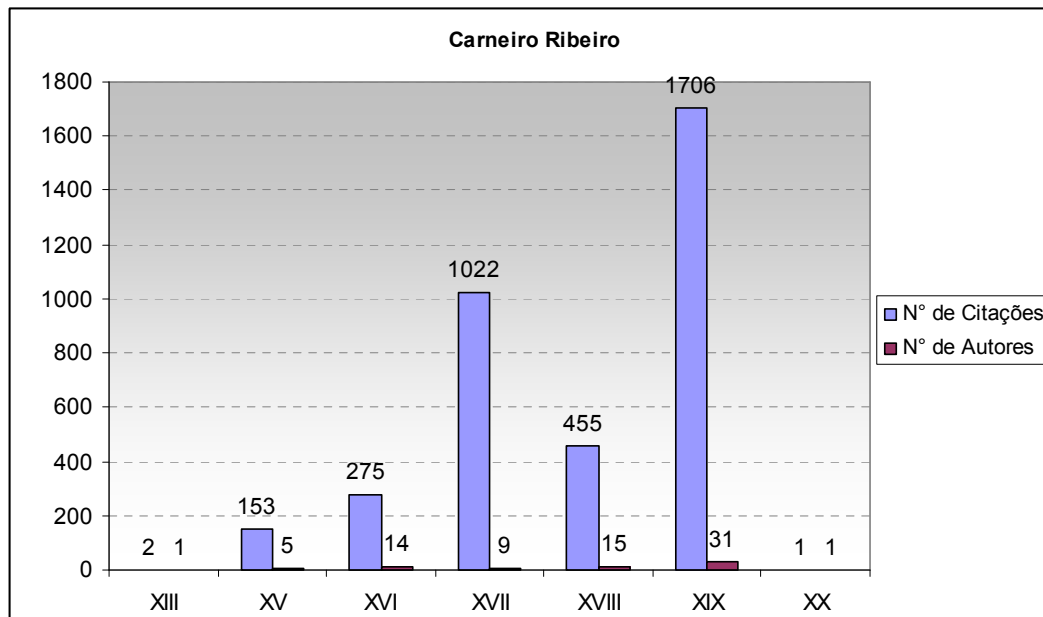
O gráfico a seguir organiza-se de acordo com o levantamento estatístico das citações feitas na *Réplica* e na *Tréplica*. Os autores citados agrupam-se por século, com o objetivo de demonstrar que em alguns séculos há poucos autores citados,

porém a quantidade de citação de cada um é representativa e significativa. São citados, por exemplo, autores do século XIII ao XVI, tais como: D. Diniz, D. Duarte, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Azurara, Rui de Pina, Garcia de Resende; autores do século XVI, tais como: Fernão de Oliveira, João de Barros, Frei Amador Arrais, Francisco de Moraes, Luís de Camões, Jacinto Freire, Francisco Rodrigues Lobo, Gabriel Pereira de Castro, Heitor Pinto, Duarte Nunes de Leão, João de Lucena, Bernardim Ribeiro, Diogo de Couto, Frei Bernardo de Brito, Gabriel Pereira de Castro entre outros; autores do século XVII, tais como: Frei Luiz de Souza, Padre Antonio Vieira, Padre Manoel Bernardes, João Franco Barreto entre outros; autores do século XVII a XVIII, tais como: Filinto Elíseo, Cardeal Saraiva, Candido Lusitano, Jerônimo Soares Barbosa, Bluteau, entre outros e finalmente autores do século XIX, tais como: Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Antonio Feliciano de Castilho, Latino Coelho, Machado de Assis, João de Deus, Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos entre outros.

Nesse contexto, examina-se a época em que os autores tanto RB quanto ECR firmam suas opiniões. (apud Leite, 2006, p.79)

CITAÇÕES





Pode-se verificar que no gráfico de RB e no gráfico de ECR os estudiosos reportam-se, para abalzar suas opiniões sobre os assuntos linguísticos discutidos em suas obras, aos escritores portugueses antigos e modernos, sendo que há predominância majoritária de recorrência aos escritores antigos da língua, demonstrando que os fatos linguísticos analisados por ambos, recaíram em uma diacronia não permitindo que se ajustasse, na maioria das vezes, aos fatos linguísticos estudados pela sincronia. Esta postura, adotada pelos debatedores RB e ECR, gerou um apego aos clássicos que, de acordo com Leite (op. cit.), apontava que, para ambos, era o passado que representava a pureza e a grandeza do português.

Também no prólogo da primeira edição, ECR em seu *Serões Gramaticais* afirma:

Duas direções diferentes têm dado os escritores ao estudo da ciência da linguagem: na primeira o sentido das palavras é tudo, a sua função e o seu valor lógico; a gramática considerada sob esse aspecto é uma ciência puramente abstrata, como o é a lógica, a que se vincula intimamente e com que se confunde; na segunda atentam mais nos elementos mórficos das palavras, consideram-nas sob seu aspecto material; a gramática então se torna uma espécie de anatomia ou histologia: estudam-se as palavras como compostas de órgãos, estudam-se, para nos exprimirmos assim, os tecidos desses órgãos, os elementos desses tecidos, como nascem e vivem, como crescem,

prolifgam e definham, se encorpam e se apoucam, se engrazam e separam, se modificam, se transformam, estacionam, envelhecem e remoçam, aparecem e morrem.

O gramático não é já um lógico, senão um naturalista. (Serões Gramaticais, 1890:X,XI)

Dessa forma, a gramática, no que diz respeito ao léxico e às estruturas morfossintáticas, determinava que as formas permitidas fossem as tradicionais, que estavam nas obras dos prestigiados escritores do passado. Assim, quando houvesse dúvida sobre a procedência de alguma palavra, estas poderiam ser avaliadas por uma pesquisa histórico-etimológica. Diante desse contexto, ECR mesmo tomando ciência de que a língua não poderia ficar imobilizada, presa ao passado, a disputa pelo bom uso do idioma, por escritores consagrados e prestigiados contribuiria para conservar a língua independente de outros usos linguísticos, buscando moldar um português uniforme, sem corrupção e deterioração. Decorre disto, a preocupação de ajustar os usos linguísticos aos modelos dos melhores escritores clássicos. Nesse contexto, não se contemplava a variante, a língua popular.

RB seguindo os mesmos princípios confirma:

(...) Todos, pelo contrário, pressupunham e reconheciam a natureza orgânica, evolutiva, progressiva da língua. O a que se opunham, era ao arbítrio, ao desenfreio e à anarquia na invenção neológica. Uma língua é um organismo vivo; mas, por isso mesmo, não será lícito garfar-lhe quantos excertos se quiserem, ainda que de um hibridismo irreduzível à natureza. (Réplica, p. 400-1)

O filólogo Gladstone Chaves de Melo, em seu livro *A língua e o estilo de Rui Barbosa*, (1950) argumenta ser RB apenas um exímio usuário da língua. Nega-lhe o título de gramático e sequer de filólogo, pois não possuía o método da ciência, não lhe conhecia o objeto formal, desconhecia a bibliografia da especialidade e, somente tratou do assunto linguagem, quando escreveu a *Réplica*. Também, por não ter formação filológica desconhecia o valor de eminentes filólogos, tais como: Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Carolina Michaelis, Júlio Moreira e outros. Confunde Cândido de Figueiredo como sendo um dos nossos filólogos eminentes, que supostamente não era filólogo. Os únicos filólogos que RB cita são apenas dois,

Ribeiro de Vasconcelos e Adolfo Coelho e mesmo assim sem profundidade de conhecimento sobre suas obras a não ser por notícia filológica geral da língua. Melo Assegura:

Além disso, por muitos casos concretos da *Réplica* se pode mostrar que Rui não foi filólogo. Da fácil exemplificação tomemos alguns espécimes. Rui nem sempre apura o valor das edições de que serve, o que é grave senão em Filologia. Condenou como espúria a forma interrogativa “o que” quando na verdade é ela perfeitamente vernácula (*Réplica*, ed. Cit., ps. 185-204). Às páginas 379-80 do célebre livro faz uma longa relação de divergências “*ortográficas*” entre a antiga e a atual, quando realmente a maior parte das divergências são de *forma* e não de *escrita*, como é o caso de *celorgião- cirurgião, ataa- até, nembrar- lembrar, proveza- pobreza, consiirar- considerar, fremosura- formosura, etc., etc.*” . (op. cit., p.18)

Com relação aos estudos da linguagem, observa-se que Whitney afirmava em suas principais teses :

1. a linguagem não é um fato natural, uma propriedade biológica, mas um fato social;
2. a linguagem não é uma faculdade, mas uma instituição de invenção humana;
3. a linguagem, como as mãos, é um utensílio, um instrumento de comunicação;
4. a linguagem é um conjunto de signos convencionais que só se ligam ao conceito por um elo de associação mental;
5. a linguagem é unicamente um conjunto de sons articulados;
6. a linguagem é um sistema de estrutura altamente complexa e simétrica.(Pinto,1978, p.LII)

RB se tivesse aproveitado o pensamento de Whitney, provavelmente, não teria perpetuado conceitos tão conflitantes como a idéia de evolução com a de tradição na língua.

RB e ECR, tanto na *Tréplica* deste quanto na *Réplica* daquele, aproveitaram de Whitney apenas o seu *Century Dictionary* e não uma das principais lições que poderia ter desfeito tantos equívocos, como por exemplo, a língua não era um fato

natural, mas um fato social. Analisada a língua por esse ângulo ponderariam melhor a ideia de evolução no sentido de que era fatal 'a morte das palavras'.

Leite (op. cit., 2006) observa ser RB leitor de autores estrangeiros, absorvendo as novas ideias naturalistas, quando, em atitude de defesa, se escuda em Max Muller no seguinte excerto de *Chips from a German Workshop*:

Nada mais fácil, observava, em relação a um desses doestadores professos, um sábio filólogo moderno, nada mais fácil do 'que entornar todo um dicionário de baldões, sem um mínimo efeito. Uma página de labéus, porém, outra coisa na mostra que a bilis de um espírito amargo e a consciência de uma causa fraca. (Réplica, p.99)

Assim, RB não explorou as lições filológicas do autor, mas adotou-lhe, como verificado, o princípio naturalista.

Continua Leite, afirmando que a atitude purista de RB e ECR originam-se dessa concepção de língua. A seguir vejamos como RB reclama e se defende da pecha de purista:

Onde, porém, os documentos do meu purismo? Purismo, no sentido pejorativo do vocábulo, é a superstição da imobilidade do idioma numa fase delimitada pelos últimos escritores que se cotaram com o apreço dos mestres. Fixada a imutabilidade vernácula com essa rigidez inflexível, todas as formas, que não couberem no inventário exato do classicismo, incorrem na averbação de viciosas, tão-somente porque novas, embora de bom préstimo, boa origem e bom cunho. Em sendo neologias, dado que necessárias e bem nascidas, não se tolerem. Mereci, acaso, por algum feito em coisas de linguagem, que tal me culpassem? (Réplica, 1953, p.399- 400 v.III)

Assim ECR diz:

A idéia fundamental e primitiva que se liga a tal elemento formativo, prefixo ou sufixo, gera no espírito outras idéias acessórias ou secundárias, vários matizes da idéia geral, os quais se nos antolham como sendo, por sua vez, fonte e origem fecunda e copiosa de novas formações, em que muitas vezes se perde, oblitera e obscurece a idéia matriz, que lhes parecia servir de apoio e substratum, manifestando-se assim a vida das línguas nessas perdas e renovamentos, nesse

incessante turbilhão em que elas volvem, giram e revolvem, e que é o característico de todo organismo vivo.

Temos, logo, razão de dizer: o purismo exagerado, intransigente, é impossível, perante o estudo histórico das línguas. (Ligeiras Observações, p.81)

O raciocínio desenvolvido era a força do 'bom uso', este fixado por escritores renomados de épocas anteriores, era o que manteria a língua preservada, liberta da corrupção, deterioração e morte. Por isso, a preocupação de buscar nas 'melhores fontes' seus empregos lingüísticos, proporcionando contribuições para a língua por eles exercidas.

Em síntese, a metalinguagem de RB, colocada na *Réplica*, e a de ECR, na *Tréplica*, aponta uma concepção de língua vista como um organismo que nascia, evoluía, e morria. Desse modo se esse organismo alcançasse a fase de maior desenvolvimento na cadeia evolutiva, cumpriria preservá-lo de influências negativas que o corrompesse até o desaparecimento. É por isso que as palavras estrangeiras, especificamente as francesas, quer sejam novas ou velhas são inadmissíveis. Os galicismos, em especial, representavam o perigo de transformar a língua, descaracterizando-a. As palavras novas (neologismos) eram na maioria das vezes negadas por se desvirtuarem da boa analogia. Os arcaísmos eram repelidos por pertencerem a uma fase mais precária da formação da língua, porém, RB admitia-os desde que enriquecessem a língua. Assim, RB afirma:

O evolucionismo, com o vício de todas as demasias contemporâneas em *ismo*, não logrará banir da evolução natural nas línguas o inestimável concurso da revivescência das formas antigas, ou da sua preservação contra os antojos doentios da modernidade intransigente. (*Réplica*, 1953, p. 428)

Os autores RB e ECR quando discutiam os cacófatos, ecos, também deixam transparecer que pretendiam escoimar a língua dos vícios corruptores da eufonia, tudo isso em nome e defesa da língua portuguesa.

Assim, Rodrigues (2009, p. 103) afirma sobre ECR:

(...) a despeito de seu propósito de filiação à corrente científica, muitas vezes prevaleceu o apego do gramático à tradição (basta remetermos, entre outros, aos diversos exemplos de autores *portugueses*

citados pelo autor, às inúmeras citações em latim ou de obras arcaicas e barrocas e ao fato de o autor não haver citado nenhum exemplo de José de Alencar, de quem elogiara o “belíssimo estilo pelo sabor popular”), dado que aponta para o fato de que o ensino de língua portuguesa não acompanhou plenamente o avanço científico proporcionado pelas conquistas teóricas do período.

Ao afirmar em seus *Serões Gramaticais* (1919, p. XIV) que há as gramáticas simplesmente especulativas e também as gramáticas investigativas, ECR, firma-se nesta segunda corrente citando as fontes que compartilham com seu discurso, entre os que nomeiam de glotólogos e gramáticos: Bopp, Diez, W. Meyer-Lubke, A. Maury, Gaston Paris, S. Reinach, Darmesteter, A. Hovelacque, Max Muller, Michel Bréal, Delon, Gonçalves Viana, Julio Moreira, J. Leite de Vasconcellos, C. de Figueiredo, João Ribeiro, Adolpho Coelho, entre outros. Esses nomes são participantes do movimento de intelectuais que implementaram a linguística na França dos anos de 1860 que segundo Souza (1997, p. 131) conspiraram para que a semântica voltada na gramática de ECR prolongue, em meio às querelas do português como *bandeira da nacionalidade, as controvérsias do saber sobre a língua*. Nesse contexto Souza assegura:

Aplicadas à gramática do português, essas teses semânticas, além de legitimar o estatuto do saber do gramático, derivam a função de defesa do verdadeiro vernáculo nacional. Quando justifica teoricamente a existência de uma escassez de vocábulos para exprimir uma multidão de ideias, a formulação de Carneiro não só elucida um funcionamento semântico próprio das línguas, mas estabelece, em nome do purismo, o princípio que determina como separar o joio de trigo. Aí é que seu discurso pedagógico de gramático converte-se em manifesto contra o neologismo. (*As margens da Gramática, a emergência da Semântica no Brasil*, 1997, p. 131-2)

Enfim tudo, na essência, conduzia para que ambos os autores RB e ECR em suas querelas a respeito dos assuntos gramaticais priorizados nesta dissertação privilegiassem à preservação da tradição clássica do português.

Considerações Finais

Ao terminar esta dissertação, algumas considerações são tecidas para apresentar os resultados obtidos por esta pesquisa, a qual buscou averiguar em que medida os debatedores Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, homens formados intelectualmente na segunda metade do século XIX e, por conseguinte, influenciados pelas tendências de seu tempo, sobretudo, o evolucionismo, aderiram ao princípio naturalista, a saber, a gramática vista como a ciência da organização natural e da vida evolutiva da linguagem.

Assim, retomados os capítulos apresentados, buscou-se trazer alguma contribuição para o desenvolvimento desta dissertação com os estudos linguísticos de um passado que se faz presente, na língua portuguesa, haja vista o assunto *eco*

No primeiro capítulo, foram contemplados os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, os quais serviram de suporte para esta pesquisa; por retomar sob o ponto vista histórico, o Brasil, a Primeira República, sob o aspecto linguístico, as obras *Réplica* e *Tréplica* em que foram debatidas as questões gramaticais.

O segundo capítulo expôs o momento histórico, político, cultural, social, legislativo e linguístico no Brasil das últimas décadas do século XIX e início do XX, revelando nesse contexto a mentalidade dominante nesse período em que novos valores e concepções convivem com os antigos refletindo na postura dos gramáticos.

O terceiro capítulo apresentou a análise do *corpus* que de acordo com os gramáticos do período, os estudiosos RB e ECR estavam em consonância, demonstrando também, que a despeito dos debatedores da polêmica gramatical negarem ser puristas, prevaleceram o apego à tradição.

No que diz respeito aos objetivos específicos:

1)descrever o momento político, político, social e cultural, do período de transição entre o final do século XIX e início do XX. Este objetivo foi cumprido, satisfatoriamente, pois se certifica que o contexto histórico influenciou os debatedores, na produção de suas obras.

2)examinar os vícios de linguagem selecionados e debatidos na polêmica RB e ECR. Cumpriu-se este objetivo, também a contento, pois devido a abrangência dos fatos gramaticais discutidos na polêmica, selecionou-se o tema vícios de linguagem, que permitiu ressaltar as marcas linguísticas denotadoras das posturas sócio-

políticas e culturais presentes nos autores debatedores, que deram suporte à elaboração das obras de RB e ECR.

3)descrever a postura dos gramáticos, relacionados aos estudos filológicos, privilegiando o segundo período, designado científico por Elia (1975) em relação à periodização do movimento de gramatização brasileira. Este objetivo foi cumprido de modo satisfatório por verificar-se que a postura adotada pelos gramáticos selecionados estava em concordância com os polemistas, isto é, influenciaram no modo de os debatedores conceberem a língua que vigorava na época; a língua vista como um organismo vivo, que nasce, cresce, evolui e morre, segundo tese inovadora, advinda da biologia.

Visto assim, era necessário preservar a língua de fatores e influências que a iriam corromper ou fazê-la perecer, antes do tempo certo para isso. Assim RB e ECR adotaram uma atitude purista, decorrente dessa concepção de língua, defendendo-a de “vícios” entre outros problemas, tudo o que lhe corrompesse e que pudesse vir a deteriorar a língua.

Justifica-se esta investigação pelo fato de os debatedores serem adeptos de uma corrente de pensadores do período “científico” de gramatização brasileira, enquanto princípio naturalista, a saber, a gramática vista como a ciência da organização natural e da vida evolutiva da linguagem consoante os filólogos europeus do final do século XIX, bem como a identificação e reconhecimento de que os neologismos não são vistos mais como vícios, e sim fatos linguísticos da renovação do léxico e, arcaísmos, representados por palavras e expressões em desuso, embora possam permanecer em comunidades linguísticas conservadoras.

Esta dissertação não se quer conclusiva e propicia, com os resultados obtidos, a possibilidade de novas perspectivas para os estudos de História das Ideias Linguísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, S.M. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.
- AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- AZEVEDO, F. de *A Cultura Brasileira*. 4. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- BARRETO, M. *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa*. 3. ed., Rio de Janeiro: Presença: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- BASSO & ILARI. *O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BASTOS, BRITO e HANNA *Gramaticografia Novecentista: Raízes Maximinianas* In: BASTOS, NB e PALMA, D. V.(org.) *Histórias Entrelaçadas 2: A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed., Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2005.
- BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica*. Trad. Eduardo Guimarães et al. São Paulo : EDUC/ Pontes , 1992. [1 ed. 1897]
- BUENO & ERMAKOFF (org.) *Duelos no Serpentário-Uma Antologia da Polêmica Intelectual no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro – RJ, 2005
- BURKE, P. A. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1991.

CALMON, P. *História Social do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CÂMARA, Jr, M. *História da Linguística*. Trad. BARBOSA, M. A. 4. ed., Petrópolis RJ: Vozes, 1986.

_____. *Dicionário de Linguística e Gramática: Referente à Língua Portuguesa*. 8. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

CARVALHO, J.M.de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. , São Paulo: Cia das Letras, 1993.

CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Memórias e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DOSSE, F. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: EDUSC, 2003.

ELIA, S. *Ensaio de Filologia e Linguística*. São Paulo: Editora Grifo, 1975.

FÁVERO, L.L. *As Concepções Linguísticas no Século XVIII – A Gramática Portuguesa*, Campinas: Editora Unicamp, 1996.

FÁVERO & MOLINA. *As Concepções Linguísticas no século XIX: A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, C. de. *Grammatica Sintética Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1920, 3ª Edição corrigida e aumentada, 269 pp. Consultada na bvCLB - Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil.
[http:// www.laeurb.unicamp.br/bvclb/obr007](http://www.laeurb.unicamp.br/bvclb/obr007)

GOMES, O. *Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GONÇALVES, M.F. *Os Programas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II: Uma Orientação Para o Ensino Secundário* Dissertação de Mestrado – PUC-SP. 2007.

GURIÉVITCH, A. *síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KUHN, T. S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2. ed., São Paulo: Humanitas, 2006.

LE GOFF, J. *As Mentalidades*. In: *História : Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Alves Editora, 1976.

_____. *A História Nova*. 4.ed. , São Paulo: Martins Fontes. 1988.

_____. *A História Nova*. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes. 2001.

MELO, G. C. de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

_____. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória, ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

_____. *Diálogo sobre o Conhecimento* . São Paulo : Cortez. Editora, 2004.

_____. *Complexidade e Transdisciplinaridade: a Reforma da Universidade e do Ensino Fundamental*. Natal: EDUFRRN, 1999.

MOURA, Américo. *Rui e a Réplica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

NEEDEL, J. D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ORLANDI, E. P. & Guimarães, E. *Formação de um Espaço de Produção Linguística: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. MT: Unemat Editora, 2001.

_____. *Formação de um Espaço de Produção Linguística: A Gramática no Brasil*, in *História das Idéias Linguísticas: A Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. MT: Unemat Editora, 2001.

PERELMAN, CH. e OLBRECHTS TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIMENTEL P. E. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1820-1920, fontes para teoria e história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REIS, J.C. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

RESTAINO, H. C. *O ensino de Língua Portuguesa e de leitura na República Velha: aliados da cultura brasileira ou representantes da tradição?* São Paulo. Dissertação de mestrado. PUC – SP, 2005.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 3º ano. Exame de Português. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. 1889, 3ª. Ed., 329 pp. Consultada na bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. <http://labeurb.unicamp.br/bvclb/obr023>

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Miguel Melillo – Editor, 1899, 5 edição cuidadosamente revista, 365 pp. Consultada na bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. <http://labeurb.unicamp.br/bvclb/obr028>

ROBINS, R. H. *Pequena História da Lingüística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

RODRIGUES, A. L. *Serões Gramaticais: a gramática “científica” de Ernesto Carneiro Ribeiro*. São Paulo. Dissertação de mestrado – PUC/SP, 2009.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. FINI, M.Inês (org.) *Língua Portuguesa e Literatura*. Ensino Médio. 3ª Série, Vol.1 São Paulo: SEE, 2009.

SILVA NETO, S. S. da. *Ensaio de Filologia Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. *Capítulos da História da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Presença, 1986.

SOUZA, P. de. *Às Margens da Gramática, a Emergência da Semântica no Brasil*, in *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. MT: Unemat Editora 2001.

TEYSSYER, P. *História da Língua Portuguesa*. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VENTURA, R. *Estilo Tropical – História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil - 1870-1914*. São Paulo: Scwarcz, 1991.

WHITE, H. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

BARBOSA, R. *Obras Completas de Rui Barbosa: Réplica*. Vols. XXIX, 1902, Tomos II e III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.

_____. *Obras Completas de Rui Barbosa: Anexos à Réplica*. Vols. XXXIX, 1902, Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1969.

_____. *Obras Completas de Rui Barbosa: Parecer sobre a Redação do Código Civil*. Vol. XXIX, 1902, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

RIBEIRO, E. C. *Serões Gramaticais*. 3. ed., Salvador: Livraria Catilina, 1919. [1. ed., de 1890]

_____. *A Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica de Dr. Ruy Barbosa: Tréplica*. 4. ed., De acordo com a 1. ed., Deraldo Ignácio de Sousa. Salvador: Aguiar & Souza, 1950.

_____. *Ligeiras Observações*. In: *Estudos Gramaticais e Filológicos*. Salvador: Aguiar & Souza, 1957.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)